

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - PRPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS**

ALESSANDRA LEITE

**TRANSIÇÃO CAPILAR COMO AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA: UM
MERGULHO AUTOETNOGRÁFICO DE RESISTÊNCIAS E
ACEITAÇÃO DE UMA JOVEM NEGRA**

TERESINA - PI

2023

ALESSANDRA LEITE

**TRANSIÇÃO CAPILAR COMO AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA: UM
MERGULHO AUTOETNOGRÁFICO DE RESISTÊNCIAS E
ACEITAÇÃO DE UMA JOVEM NEGRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra.^a Maria Rosângela de Souza

Coorientadora: Profa. Dra. Marília Passos Apoliano Gomes

TERESINA - PI

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

Divisão de Representação da Informação

L533t

Leite, Alessandra.

Transição capilar como afirmação identitária : um mergulho autoetnográfico de resistências e aceitação de uma jovem negra / Alessandra Leite. -- 2023.

89 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2023.

“Orientadora: Profa. Dra.^a Maria Rosângela de Souza”

1. Transição Capilar. 2. Negritude. 3. Identidade. I. Souza, Maria Rosângela de. II. Título

CDD 920.009 2

Elaborado por Fabíola Nunes Brasilino CRB 3/ 1014

A minha mãe Teresinha Leite.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer a Deus pela vida. A minha fé em passar num mestrado era grande, a de terminá-lo foi maior ainda, por isso não desisti, então minha sustentação maior veio dessa força inexplicável que não posso apalpar mais sinto e me dar energia para continuar todas as minhas metas de vida. Senhor meu Deus eu não cansarei de lhe agradecer por tamanhas bençãos.

A minha razão de viver, minha guerreira e pessoa que me inspiro todo momento, minha Mãe. Quantas vezes a senhora me perguntou: e o mestrado? E eu lhe respondia sem muitos detalhes das dificuldades que estava passando, lhe respondia: mãe vou terminar, só falta a dissertação. Isso me doía e me fortalecia, sempre! Mãe, obrigada por sempre apoiar meus planos e me levar pra cima. Te amo. Isso tudo é por você, MINHA RAINHA!.

Aos docentes da UniFSA que serviram de inspiração a eu tentar o mestrado. Em especial Kelma Cunha Gallas e Kacio Santos.

Aos meus amigos/irmãos que a Psicologia me deu, que sempre vibraram comigo neste sonho, e torcia para eu conseguir e concluir este ciclo, Silvanildo Pereira Noronha (Silvio), Ylane Oliveira Sá (Nega) e Ana Karoline. Gratidão a cada um de vocês, isso aqui também é conquista nossa!

Aos meus Amigos Marcos Antonio e João Marcelo, vulgo meus Irmãos de mestrado. Vocês sabem que sem vocês dois essa nega veia aqui tinha desistido deste mestrado, né!? Pois é, Deus me presenteou vocês porque ele sabia que no caminho desta Gestalt eu precisaria de apoios de pessoas empáticas e fortes para quando eu caísse ou achasse que não tinha jeito vocês iam me davam aquele toque e me incentivar, tanto com suas experiencias no programa como de vida. Eu Amo Vocês, e eu não cansarei nunca de agradecer a Deus pela ajuda e irmandade de vocês. Seremos para a vida toda.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia UFPI. Em especial ao Érico pela paciência, prestatividade e muita compreensão com os discentes no programa. Todos os professores do programa, particularmente os que tive como docente em disciplinas. E especialmente a minha Orientadora, uma mãezona e luz no fim do túnel, Maria Rosangela. Professora, gratidão pelo acolhimento e aceitar fazer parte dessa caminhada, obrigada por toda ajuda, por todos os puxões de orelha, eles foram mais

que essenciais. Muita gratidão também por ter pensado numa coorientação para fazer parte desta obra, Professora Marília Passos, gratidão pelas trocas e orientações.

Agradecer de coração também a minha banca avaliadora, Professora Rossana Marinho e Mariane Pisani. Tive contato durante o mestrado com a professora Rossana, através de uma disciplina pude conhecê-la melhor como docente e posteriormente quando tive a necessidade de mudar de orientação me ouviu e acolheu muito bem, você não tem ideia do poder que aquela conversa teve para me ajudar a entender e buscar meios para não desistir do meu sonho. Gratidão!

À professora Mariane, que eu não conhecia, foi outro anjo que através de professora Rosângela entrou na minha vida, você leu meu trabalho sem me conhecer e nem tinha conhecimentos de um terço do que havia passado neste percurso acadêmico. E surpreendentemente você foi um ser muito genuíno e empático ao ler e analisar, pensar numa arguição e principalmente discursar para mim e me fazer me chorar com tamanho envolvimento com meu trabalho. Suas sugestões me ajudaram muito, gratidão por todo cuidado em digitar e ler a arguição, pela preocupação em recomendar um possível sumário. Nossa, foi incrível!

Tão pequeno e tão sensível
Ao toque do abusador
Logo cedo definido pela voz e a sua cor
Esquecido pelo pai e a mãe
Que fez e não criou

Mas agradecido a Deus
Por sua vó e seu avô
Marginalizado e só
Por não ser mais um igual
Incapaz de ver beleza
Em seu corpo natural

Endeusava o branco
Por não ser o padrão real
Mas compreendeu
Que o mundo é seu
Tentar nunca faz mal

Eu sou
A voz da resistência preta
Eu sou
Quem vai emprestar minha bandeira
Eu sou
E ninguém isso vai mudar
Tudo começou dar certo
Quando eu aprendi me amar

Se você foi rejeitado
Nada disso vai importar
Tudo sempre vai dar certo
Basta só você se amar

Seu nariz é lindo preto
Sua boca é linda
Seu cabelo é lindo preto
Sua cor é linda

Música: Eu Sou

Composição: Washington Duarte

RESUMO

Considerando que a sociedade moderna se encontra cada vez mais em pauta com o campo da transição capilar, sendo, inclusive, consideradas para o reconhecimento identitário, esta dissertação é uma análise intersubjetiva sobre este campo. Através de vivências pessoais foi possível me identificar como pessoa negra e capaz de suprir essa necessidade imposta pela sociedade branca de que mulheres devem ter um padrão de beleza por eles impostos, composto de cabelos lisos, peles claras e maquiagem moderada. O entendimento de forças femininas sobre se aceitar e sobre impactar outras pessoas a fazerem o mesmo é uma realidade que não está distante da nossa, inclusive acontecendo. Para realizar este estudo com êxito e se baseando nas premissas corretas, o objetivo geral da minha pesquisa foi analisar meu processo de transição capilar, de modo a percebê-la como afirmação de construção de identidade e resistência. Este posicionamento foi essencial para responder à pergunta de pesquisa: De que forma, a partir da vivência com a transição capilar estão articuladas às categorias, identidade e resistências no campo teórico? Esta dissertação demonstrou que as resistências da mulher negra no cenário moderno tem sido cada vez mais consideradas. Como é de se esperar, o aporte teórico está estruturado sob a luz das concepções de Nilma Lino Gomes e outras autoras entusiastas da luta contra o racismo, como Mbembe (2016); Munanga, (2019) e Pinto e Ferreira (2014). Os resultados desta dissertação mostraram que a luta por um espaço na sociedade ainda é tão constante como antigamente, todavia as mulheres têm recebido bem esse novo espaço por elas conquistados através de lutas e tem encorajado outras mulheres a encontrar-se com a sua real identidade. Padecer sob uma perspectiva historicamente branca, de cabelos lisos, de corpos perfeitos e da aceitação masculina, não tem sido mais vista como uma pauta a ser tratada como antigamente era, a força feminina, principalmente de mulheres negras transborda essas barreiras arcaicas.

Palavras-chave: Transição Capilar; Negritude; Identidade.

ABSTRACT

Considering that modern society is increasingly on the agenda with the field of capillary transition, even being considered for identity recognition, this dissertation is an intersubjective analysis of this field. Through personal experiences, it was possible to identify myself as a black person and able to meet this need imposed by white society that women should have a beauty standard imposed by them, composed of straight hair, light skin and moderate makeup. The understanding of female forces about accepting themselves and about impacting other people to do the same is a reality that is not far from ours, even happening. In order to carry out this study successfully and based on the correct assumptions, the general objective of my research was to analyze my hair transition process, in order to perceive it as an affirmation of identity construction and resistance. This positioning was essential to answer the research question: In what way, from the experience with the capillary transition, are categories, identity and resistances articulated in the theoretical field? This dissertation demonstrated that the resistance of black women in the modern scenario has been increasingly considered. As expected, the theoretical contribution is structured in the light of the conceptions of Nilma Lino Gomes and other enthusiastic authors of the fight against racism, such as Mbembe (2016); Munanga, (2019) and Pinto and Ferreira (2014). The results of this dissertation showed that the fight for a space in society is still as constant as in the past, however women have welcomed this new space conquered by them through struggles and has encouraged other women to find themselves with their real identity. Suffering from a historically white perspective, with straight hair, perfect bodies and male acceptance, has no longer been seen as an agenda to be treated as it used to be, female strength, especially of black women, overflows these archaic barriers.

Keywords: Capillary Transition; Blackness; Identity.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - eu de Tranças na Pré-escola.....	24
Figura 2 - Foto tema formatura, conclusão do pré.....	25
Figura 3 - meus cachos já tinham química, mas a técnica de relaxamento...	26
Figura 4 - Com cabelo alisado, com procedimentos realizados em 6 e 6 meses.....	27
Figura 5 - tamanho da minha raiz quando decidi fazer a transição capilar E usando acessórios para ajudar.....	28
Figura 6 - eu com o corte, porém as pontas ainda lisas.....	30
Figura 7 - eu com o professor Kacio, coordenador do Núcleo de Dança e em uma apresentação de espetáculo.....	31
Figura 8 - Foto de quando realizei o corte e depois quando liberei da franja...	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 2- O FEMINISMO NEGRO COMO MEDIAÇÃO E ENCONTRO COM A TRANSIÇÃO CAPILAR	13
2.1 NEGRA SOU: CABELOS, TRANÇAS E CACHOS DE ALESSANDRA	14
2.2 PELA RAIZ: DIALOGANDO COM NILMA LINO	23
CAPÍTULO 3 - RAÇA NO BRASIL E BRANQUITUDE	30
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA QUESTÃO RACIAL NO BRASIL	31
3.1.1 Raça como construção científica	31
3.1.2 Breve histórico sobre a escravidão e a formação da sociedade brasileira	33
3.1.3 Raça como construção social no Brasil.....	36
3.2 BRANQUITUDE COMO NORMA SOCIAL.....	43
3.2.1 Relação da branquitude com o poder e o privilégio	46
3.2.2 A naturalização da branquitude como norma social.....	51
3.3 A BRANQUITUDE E O APAGAMENTO RACIAL.....	53
3.3.1 O apagamento racial como estratégia de manutenção da hegemonia branca	54
3.3.3 A branquitude como violência simbólica.....	55
CAPÍTULO 4- PACTO NARCÍSICO, APAGAMENTO RACIAL E IDENTIDADE	61
4.1 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRANCA EM OPOSIÇÃO ÀS OUTRAS RAÇAS	61
4.2 O PAPEL DA CULTURA E DA MÍDIA NA PERPETUAÇÃO DO PACTO NARCÍSICO	65
4.3 O APAGAMENTO RACIAL COMO FORMA DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA	66
4.4 O IMPACTO DO APAGAMENTO RACIAL NA AUTOESTIMA E IDENTIDADE NEGRA	69
4.5 MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICOS PELA AFIRMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA	74
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	82

INTRODUÇÃO

Início este trabalho com muito orgulho de saber que minha experiência como jovem negra em aceitar o meu cabelo natural reverbera hoje na construção de uma dissertação de mestrado, em um sonho! Sou a Alessandra Leite, com 28 anos de idade, preta de cabelos cacheados tipo 3b3c com um volume avantajado. Nem sempre na minha caminhada da vida me descrevi com esta característica física quando o pensar era sobre as madeixas. Hoje encontro com os fios encaracolados e muito bem resolvida em estar assim, mas por muitos anos resisti a questões encobertas, vivendo num casulo social onde me possibilitou existir diferente.

Ficou curioso em saber mais sobre esse período da minha história? No decorrer desta obra apresento detalhes do percurso. Assim, já destaco que meu objeto de estudo nesta pesquisa é realizar um exercício analítico em minha própria experiência, promover um mergulho na minha trajetória, em um exercício de autoetnografia, e busquei responder a problemática: De que forma, a partir da vivência com a transição capilar estão articuladas às categorias, identidade e resistências presentes na obra de Nilma Lino Gomes? Mulher negra, brasileira, responsável pela maioria de produções sobre a temática.

Relembrando tudo que vivenciei por dois anos de transição capilar, o tema desta investigação, ampliei para a temática racismo - uso no plural - porque é um conjunto de ações perpetradas pelas pessoas de pele negra (moradoras de periferia), me questionei diversas vezes como sujeita e pesquisadora, como outras jovens mulheres pretas produziram seus processos de subjetividades quando passaram pela transição capilar. A partir disso, busquei na época conversar com pessoas que me inspiraram, no início do processo, e nas literaturas científicas onde despertou-me mais interesse a respeito desta tese.

Quando iniciei o curso de Psicologia no Centro Universitário Santo Agostinho (UniFSA) em 2013, o anseio pela docência aconteceu já no primeiro ano. Os cinco primeiros períodos na faculdade, desenvolvi uma pesquisa numa disciplina chamada Estágio Básico onde trabalhávamos na construção de um trabalho científico estilo de um TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) e no terceiro período a última nota do

semestre em uma disciplina tinha como meta uma produção de um artigo científico feito individualmente.

Esses eventos no início da minha trajetória acadêmica desencadearam diversas ações que só reforçaram o meu objetivo como discente, assim que concluisse o curso adentrar no mestrado. Diante disso, comecei a pesquisar mais, pegar gosto em realizar trabalhos científicos, participar de projetos de extensão pela universidade e fora dela (projetos de extensão que participei pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI), monitorias acadêmicas, projetos de pesquisas voltadas a apresentações em eventos e publicações em revistas periódicas, ser bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) durante um ano, etc., a pesquisa deste, me levou a tentativa de sete seleções para *Stricto sensu* em universidades públicas, assim que conclui Psicologia em 2018.1.

Em 2019.2 realizei a seleção de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Segunda etapa foi a prova escrita, nunca imaginei passar nela, na terceira etapa, na entrevista apresentei o Projeto de Pesquisa intitulado: FEMINISMOS EM TRANSFORMAÇÃO: Estudo dos desafios, enfrentamentos e incorporações das demandas feministas na contemporaneidade. Um projeto bem amplo, onde já no diálogo com três professores do PPGS no momento, citei meu desejo de pesquisar no mestrado, caso adentrasse, uma das demandas do movimento, a transição capilar.

Um detalhe muito importante que ocorreu no processo de seletivo, foi a questão de eu não me inscrever para concorrer as vagas por cotas raciais, mesmo eu já me reconhecendo como jovem preta. Não porque a quantidade de ampla concorrência fosse maior, mas eu sempre tinha em mente que outra pessoa teria sofrido mais do que eu como pessoa negra, e eu “poderia” estar tirando a vaga dela. No presente, com maiores avanços em conhecimentos e por estudar sociologia desconstruí isso.

Em 13 de dezembro de 2019 saiu a relação de candidatos aprovados para a nona turma do PPGS-UFPI, sem acreditar, Alessandra Leite estava lá como classificada/aprovada. Que realização! Começamos as aulas, uma expectativa enorme e infelizmente acabamos, como sociedade, atravessados por uma pandemia mundial que durou três anos (Pandemia COVID-19). Minha turma fora a primeira a experimentar, em maio daquele ano, assistir aulas de forma virtual, em plataformas gratuitas pela internet.

Vivenciei as aulas teóricas de disciplinas obrigatórias e optativas no interior do Maranhão, onde já estava morando por conta da pandemia. Tive como meta no primeiro ano da pós-graduação me dedicar às disciplinas, e a partir das discussões nelas e orientações começar minha pesquisa e escrita dela finalizando com a produção da dissertação. Quanto ao orientador de pesquisa no mestrado, estive presente com a Professora Dra. Lila Luz, onde nossos encontros enriqueceram muito minhas ideias, dando alicerce a muitas modificações, leituras que realizei no que pretendia pesquisar.

Lamentavelmente, desenvolvi por conta de demandas subjetivas no período, o Transtorno de Ansiedade generalizada (TAG-CID 10, f41), diagnosticada por profissionais da saúde. O que me levou a desenvolver um travamento no processo da escrita do meu trabalho, como consequência disso, passei pela prorrogação de direito pelos discentes, resisti, mas logo depois de ter passado o tempo que havia solicitado de adiamento, tentei a licença médica institucional. Sendo concedida pela perícia médica da UFPI o período de seis meses de licença, data que marcou o segundo semestre do ano de 2022.

Também neste tempo solicitei ao programa a mudança de orientação, processando-a assim que finalizou minha licença médica. O retorno às terapias psicológicas durante quatro meses, foram cruciais para o empoderamento de tantos anseios e ociosidades que atrapalharam minha redação acadêmica, e as tomadas de decisões que reflete neste feito agora.

A priori, enquanto procedimento metodológico minha pesquisa teria trabalho de campo, utilizando também entrevistas semiestruturadas. Por conta do curto tempo que ainda tinha para conclusão do mestrado, encontrei com duas professoras do programa que foram essenciais na minha caminhada até aqui, minha orientadora Profa. Dra. Maria Rosangela e minha coorientadora Profa. Dra. Marília Passos. Decidi então, realizar uma autoetnografia aliada à análise documental, com revisão crítica da literatura especializada, a fim de identificar o estado atual do conhecimento, as lacunas de pesquisa e as questões que precisam ser investigadas.

E como procedimentos e técnicas metodológicas, utilizo da autoetnografia, este termo vem do grego: *auto* (*self* = “em si mesmo”), *ethnos* (nação = no sentido de “um povo ou grupo de pertencimento”) e *grapho* (escrever = “a forma de construção da escrita”). Assim, já na mera pesquisa da sua origem, a palavra nos remete a um tipo de fazer específico por sua forma de proceder, ou seja, refere-se à maneira de

construir um relato (“escrever”), sobre um grupo de pertença (“um povo”), a partir de “si mesmo” (da ótica daquele que escreve) (GIL, 2002).

A Grosso modo, podemos dizer que a autoetnografia é um método que se sustenta e se equilibra em um “modelo triádico” (CHANG, 2008) baseado em três orientações: a primeira seria uma orientação metodológica – cuja base é etnográfica e analítica; a segunda, por uma orientação cultural – cuja base é a interpretação: dos fatores vividos (a partir da memória); do aspecto relacional entre o pesquisador e os sujeitos (e objetos) da pesquisa e c) dos fenômenos sociais investigados; e por último, a orientação do conteúdo – cuja base é a autobiografia aliada a um caráter reflexivo. Isso evidencia que a reflexividade assume um papel muito importante no modelo de investigação autoetnográfico, haja vista que a reflexividade impõe a constante conscientização, avaliação e reavaliação feita pelo pesquisador da sua própria contribuição/influência/forma da pesquisa intersubjetiva e os resultados consequentes da sua investigação.

A partir disso, tenho como objetivo geral **o meu analisar o processo da transição capilar, de modo a percebê-la como afirmação, construção de identidade e resistência.** E especificar ao longo da pesquisa: 1. Verificar as interseções entre as categorias: resistências e aceitação na transição capilar nos relatos de si a partir da discussão da tese de doutorado da autora Nilma Lino Gomes; 2. Identificar, na história do Brasil, os discursos de apagamento e sufocamento das raízes africanas e produção da branquitude; 3. Discutir as articulações entre identidade, branquitude e apagamento identitário, utilizando-se da perspectiva histórica.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. O segundo com o título: O FEMINISMO NEGRO COMO MEDIAÇÃO E ENCONTRO COM A TRANSIÇÃO CAPILAR; terceiro capítulo: RAÇA NO BRASIL E BRANQUITUDE; quarto item: PACTO NARCÍSICO, APAGAMENTO RACIAL E IDENTIDADE; e as considerações finais.

CAPÍTULO 2- O FEMINISMO NEGRO COMO MEDIAÇÃO E ENCONTRO COM A TRANSIÇÃO CAPILAR

O feminismo negro é uma vertente do feminismo que tem como objetivo lutar contra o racismo e o sexismo simultaneamente, reconhecendo as opressões específicas que mulheres negras enfrentam na sociedade, assim, este surge a partir da necessidade de se destacar as particularidades de gênero e raça e suas intersecções e como estas intersecções interferem na inserção das mulheres negras na sociedade.

Várias pensadoras se destacam como precursoras, entre as principais do feminismo negro, temos Ângela Davis e bell hooks engajadas ativistas norte-americanas, Davis consagrou-se como uma das principais forças do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos e do Partido dos Panteras Negras. Em seu livro "Mulheres, Raça e Classe", de grande importância para o movimento negro, enfatiza a intersecção entre o racismo, o sexismo e o capitalismo, e como esses sistemas coadunam para oprimir as mulheres negras. Já bell hooks é conhecida por ser uma das principais teóricas do feminismo negro. Ao discutir a importância de reconhecer as opressões específicas que as mulheres negras enfrentam e como o feminismo branco muitas vezes falha em levar em conta essas particularidades, a autora busca tecer uma categoria de análise mais completa ao fenômeno do racismo pelas lentes da interseccionalidade.

Lélia Gonzalez, socióloga e ativista brasileira de grande prestígio, Lélia Gonzalez consagrou-se como um dos principais expoentes do movimento negro e feminista no Brasil. Em sua obra, a autora discute a importância de reconhecer a negritude enquanto categoria política, e como as mulheres negras eram duplamente oprimidas por serem mulheres e negras em uma sociedade racista e sexista.

Neste capítulo tenho como objetivo narrar minha trajetória como mulher negra que passou pelo processo conhecido como transição capilar, este que me provocou o interesse por esta pesquisa. A transição capilar, neologismo criado a partir da relação mulher X cabelos quimicamente tratados, consiste na descontinuidade de alisamentos químicos que modificam estruturalmente a textura de cabelos cacheados ou crespos, ao "liso perfeito" (WATSON, 2020).

2.1 NEGRA SOU: CABELOS, TRANÇAS E CACHOS DE ALESSANDRA

Início minha caminhada percorrendo da minha infância, entre os exatos quatro a oito anos de idade, período que morava na minha cidade natal, São Paulo - SP, lembro-me de episódios desta época em que já sofria com racismos e não sabia.

Filha de mãe solteira aos 39 anos de idade, branca, de olhos verdes azuis, analfabeta e viúva aos seus 32 anos com 5 filhos já mais velhos que eu, criando-os, eu nasci e vivenciei neste contexto até meus oito anos. “Neguinha” “cabelo de pixaim” “cabelo ruim” “beijo grosso” eram algumas das falas que desde nova eram corriqueiras para demonstrar e afirmar o que mais me incomodava, porque delas sempre vinham os questionamentos: “ela é adotada?” “é sua avó?” “ela não é sua filha né!, não parece com você?” “puxou pro pai?” etc. Minha mãe sempre fez trança no meu cabelo para ir pra escola, “pra assentar” de acordo com ela, porque era muito armado meus cachos, isso tudo sempre foi natural o que eu não gostava naqueles momentos eram as dores porque puxava muito quando ela penteava e fazia a trança.

Figura 1- Minha Mãe, Teresinha Leite Araujo.



Fonte: Arquivo pessoal. Ano: 2018 (1ª e 2ª) e 2020.

Figura 2: eu de Tranças na Pré-escola.



Fonte: Arquivo pessoal. Ano: 2000

Além do cabelo cacheado, nesta época eu usava óculos num grau elevado, tinha estrabismo no olho esquerdo e por conta deste problema muitas vezes ia para escola com tampão de olho por conta do tratamento. Na escola sofria muito bullying por isso, e acabei resistindo muito a ações racistas porque minha vergonha maior e meus medos eram de ser chamada do que me chamavam, como exemplos: “quatro olhos”, “zanoia”. Já na pré-adolescência, onde eu já mudo para o estado do Maranhão, somente com minha mãe, minha vida a partir dos oito anos, muda completamente. E já é com os onze anos começa a despertar a vontade de mudar de aparência por vergonha e achar feio meu cabelo cacheado.

Costumo falar que a química entra na minha vida por estética e influência de uma prima minha, que também tinha cabelos cacheados e fez o procedimento de relaxamento, prometendo que não alisaria e sim baixava mais o volume e os cachos ficariam mais bonitos. E aos onze anos minha mãe tinha deixado, minha irmã deu o dinheiro e realizei esse desejo de relaxar os cabelos, meus cachos ficaram como falaram baixos, não dava aquele volume como antes quando secava, mas logo depois de uns seis meses ele começou a cair demasiadamente. E daqui é introduzido o tratamento para o meu cabelo que estava danificado pela química, e a partir deste tempo começou de fato à alisá-los. Gastando o que não podia fazia retoque de raiz de seis em seis meses, com produtos para alisar e depois tinha que usar shampoos e sempre manter hidratados com máscaras caras, pois sempre mantinha – os na

chapinha. Dos doze anos aos vinte e dois anos da minha vida eu ia pro salão de cabeleireira fazer esse processo e passava cerca de 7 horas sentada, produtos fortes, duas escovas e duas pranchas nos fios, e gastava em média na época 500\$ reais por isso.

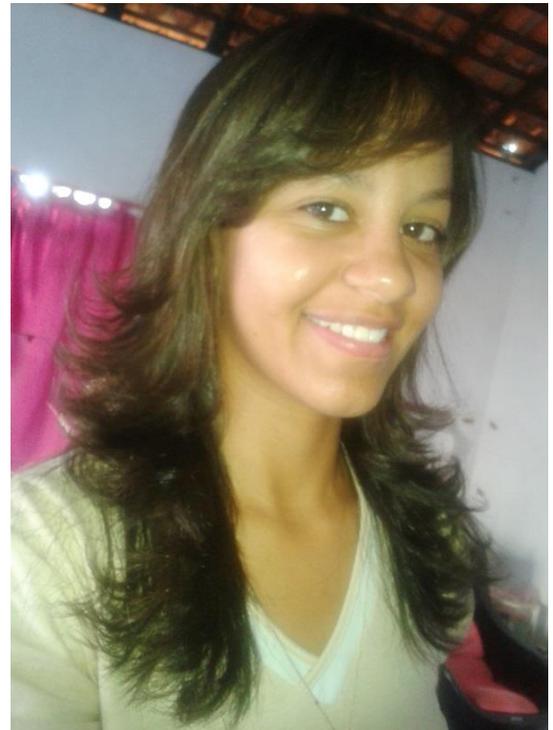
Figura 3- meus cachos já tinham química, mas a técnica de relaxamento.



Fonte: Arquivo pessoal. Ano: 2005.

Em 2016 cursando o sexto período da faculdade de Psicologia no Centro Universitário Santo Agostinho, fiz em Teresina – PI mesmo o último procedimento químico nos meus cabelos com uma profissional diferente que me garantiu que os dois processos (alisamento e selagem) não quebraria meu cabelo e ele aguentaria, ia ficar mais liso e não iria ficar precisando fazer chapinha quando lavasse em casa. E o trauma veio ainda no salão, meu cabelo quebrou na frente, com o método meu cabelo sofreu o que chamamos de corte químico, isso já tinha acontecido comigo, mas há muito tempo. Sim, fios da parte da frente se foram e ficou apenas um “pitoco” de cabelo.

Figura 4- Com cabelo alisado, com procedimentos realizados em 6 e 6 meses.



Fonte: Arquivo pessoal. Ano: 2011.

Desde esse dia, eu comecei a pensar em definitivamente não fazer mais procedimentos químicos. Mas como tudo na vida passamos por processos, comigo não foi diferente. A transição capilar começa daqui, em 2016 e diante, a ser uma meta pra minha vida, já que não tinha conseguido uma vez passada, e também ninguém colocava fé de eu conseguir deixar voltar aos cachos. Minha mãe mesmo tem uma fala que marca muito este período e que tem a ver com isso, ela relata: “*se a Alessandra tivesse feito isso em Poção de Pedras -MA (cidade para onde fui morar quando sai de SP) não teria conseguido*”. E entro aqui na questão da territorialidade, o quanto estar em Teresina, numa capital, fazendo faculdade e vivendo em coletividade contribuíram pra que eu não desistisse do processo no início.

Na universidade comecei a participar com mais frequência de grupos de estudos, a partir de quando me tornei bolsista do PIBIC, fundando juntamente com a orientadora na época um projeto de pesquisa sobre diversidade de gênero, neste período comecei a pesquisar sobre empoderamento feminino, gênero, raça, etc, até porque meu tema era sobre as demandas e incorporações do movimento feminista na

contemporaneidade, a partir daqui, relato que tenho o meu **primeiro marco** histórico da minha transição, o **Conhecimento**.

Conheci pelos corredores da faculdade e nos banheiros jovens negras que estavam passando pelo processo e já haviam passado, como Maria que vem apresentar para mim em uma conversa as blogueiras (vídeos do Youtube e Instagram) que ajudaram ela a terminar a transição, dando dicas de como finalizar os cachos tanto estando no processo como depois da transição capilar. E daqui surge uma amizade onde ela me ajudou muito com seus relatos de experiência e o quanto fora sofrido para ela. Cada episódio de racismo que Maria me contava, começava no meu ser as reflexões sobre minha identidade, aqui apresento o **segundo marco** histórico do meu processo, **Sou Preta**. Começar a voltar para seu passado e lembrar de situações que você se sentiu constrangida, mas por segundos deixava para lá, porque “isso não é racismo, é comum, natural a pessoa te tratar assim”, assim eu pensava.

Com seis meses depois do último procedimento químico, minha raiz já enorme, fui passar as férias de julho em poção, onde sempre passava durante os cinco anos de faculdade. Todos os dias eu pensava em ir à minha cabelereira retocar a raiz e desistir da transição, além das pessoas, vizinhos, amigas, ficarem falando que não iam voltar aos mesmos cachos, e que eu era mais bonita com o cabelo liso. Eu venci essas férias e não alisei, retorno para Teresina e continuei focada em concluir a transição.

Figura 5- tamanho da minha raiz quando decidi fazer a transição capilar. E usando acessórios para ajudar.





Fonte: Arquivo pessoal. Anos: 2015 e 2016.

Em outubro de 2016 decidi cortar um bom pedaço da parte ainda com química do meu cabelo, em casa mesmo com ajuda de uma amiga cabeleireira que estava em Teresina. Sempre em minhas falas, digo que foi tão sofrido a transição que até para eu aceitar de fato meus cachos passei por três “*big chop*”, minha trajetória chega no **terceiro marco**, a **transição etapa 1** com os cortes das partes que ainda restavam química.

A aceitação é um elemento que se constitui ao longo do processo e após a decisão de passar pelo *Big Chop* (Big chop = grande corte.), termo muito usado entre os grupos e que faz referência a decisão de fazer um corte radical, para tirar toda a parte alisada do cabelo e deixar apenas a parte que cresceu de forma “natural”. Tal etapa no processo revelam conflitos intrafamiliares, o desengavetamento do racismo, de uma estigmatização fenotípica e de uma possível “descoberta” de uma identidade (GOMES, 2014).

Ainda com umas pontinhas lisas, eu não me sentia à vontade de usar o cabelo solto quando secava, então neste período usava muito prendedores, tiaras, faixas e turbantes, para esconder o que ainda não aceitava e achava feio. Contemplo meu “*big chop*” dia dezessete de dezembro de 2016 onde tiro o restante de todas estas pontinhas com produtos químicos. Mas a bendita franja eu não conseguia cortar de forma nenhuma.

Figura 6- eu com o corte, porém as pontas ainda lisas.



Fonte: Arquivo pessoal. Ano: 2017.

O ano de 2017 chega e com ele muitas novidades, tensões e anseios por conta do final do curso. Participo na universidade do processo seletivo de um projeto de extensão do Núcleo de Dança, idealizado e realizado por um professor negro da UNIFSA do curso de Educação Física. Fui selecionada e lá eu me descobri como mulher negra, cada ensaio aos sábados à tarde, meu corpo sendo trabalhado como comunicador, outras pessoas ao meu redor se movimentando também em processos de aceitação, do corpo “gordo” por exemplo.

A minha maior representatividade durante esse ano experienciando no núcleo de dança era o professor e idealizador do projeto, Kácio Santos. Não era só dançar umas músicas e ensaiar um espetáculo para ser apresentado no final, era todo tempo nosso corpo falando, e formando dali passos que contavam histórias, performatividades. Entre conversas, estudos, danças e apresentações, Kácio me ajudou muito quando a entender quem eu era, a potência que tinha dentro de mim, meus estudos em relação a gênero, mulheres, movimentos e danças deram uma impulsionada, apresentei muitos dos nossos resultados em eventos o que reforçou muito mais neste processo, me empodero e não falo mais que sou morena, e sim Mulher Preta de Raça Negra, me identifico e passo a entender que tudo isso que

estava passando com meu cabelo fazia parte da desconstrução e construção de uma **identidade, quarto marco do processo.**

Figura 7- eu com o professor Kacio, coordenador do Núcleo de Dança e em uma apresentação de espetáculo.



Fonte: Arquivo pessoal. Ano: 2018

Em 2018 já na clínica escola, meu último período da faculdade, eu não lembro com exatidão do dia mas foi bem no início dos meus atendimentos eu acordei como sempre cedinho, lavei meus cabelos e quando havia me trocado peguei uma tesoura e decidi cortar o que faltava de química nos cabelos, a cuja franja. Porque eu sabia que quando chegasse o dia de cortá-la eu teria que assumir de vez meus cachos e um *black* de verdade. Esse momento foi libertador para meu ser, fui pra clínica tão leve, peguei os dois ônibus com a autoestima elevada, e quando cheguei na clínica que notaram foi a maior realização, todo mundo falando que tinha ficado ótimo e que estava feio ainda com aquela parte lisa. Pronto desde este dia tudo mudou, eu aceitei de vez meus cachos e não ficava mais preocupada quando ele secava, eu achava

lindo armado daquele jeito. **Quinto marco** do meu processo de transição finalizou em 2018 com a minha **Aceitação**.

Figura 8- Foto de quando realizei o corte e depois quando livre da franja.



Fonte: Arquivo pessoal. Ano: 2018

A transição capilar envolve diversas variáveis, além da mudança dos cabelos, está diretamente ligada à aceitação e reconhecimento da identidade étnica individual

e coletiva, o que contribui para elevar a autoestima das mulheres negras, pois não existe apenas uma mulher lutando contra todos, mas sim um grupo de mulheres, onde os cabelos se tornam veículos que podem transmitir mensagens políticas, de diversidade, aceitação e beleza (LEITE; LUZ, 2021).

2.2 PELA RAIZ: DIALOGANDO COM NILMA LINO

Essa escrita é uma síntese sobre uma das mulheres que mais serviram de auxílio na formação identitária, bem como as resistências existentes em seu texto que foram facilitadoras de todo o processo de transição capilar. Apesar de ser um processo que demanda tempo, esforço e muita força de vontade, é necessário se apegar em certas inspirações, estas que servem como fio condutor de toda uma jornada que durou dois anos.

Para tratar sobre a resistência de mulheres em sua luta por espaço social, a inspiração que levou a isso foi Nilma Lino Gomes. Um pouco de suas obras, textos e biografia serão aqui descritos, pois, a sua história permeia a identidade sociológica e racial. Nilma Lino Gomes é uma educadora e política brasileira. Ela nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1951. Gomes é uma das principais referências na luta pela igualdade racial e de gênero no Brasil. Formada em Pedagogia, Nilma possui mestrado e doutorado em Antropologia Social pela USP. Ao longo de sua carreira, atuou como professora universitária e pesquisadora teórica, tendo se destacado como uma das principais referências em estudos sobre relações raciais e educação no país.

Na perspectiva de Gomes (2021), quando a educação persiste em reforçar a concepção de civilização como algo exclusivo do mundo ocidental, ou ainda, prioriza a lógica de que somente a ciência ocidental é legítima e validada como forma de conhecimento, subestima os conhecimentos gerados no eixo Sul do mundo, reduzindo-os a meros saberes primitivos, promove e fortalece valores, idiomas, padrões estéticos e culturas ocidentais e urbanas, apagando a diversidade de modos de existência, diversidade linguística, formas de governança, processos culturais e políticos, menospreza os conhecimentos locais não ocidentais, a educação atua de maneira excludente e violenta. Ao agir dessa forma, ela se organiza, reproduz e perpetua a colonialidade.

Nilma Lino Gomes é uma referência nas relações sociais e que gerou destaque para o público negro em seu caminho para a aceitação em suas mais diferentes

classes e formas. A educadora possui mais de cinco livros publicados, dentre os quais citam-se “O genocídio do negro brasileiro: processo de um Racismo mascarado” (2016); “O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação”, e o livro que é objeto desta dissertação: “Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra” (2019).

Em seu livro “Sem perder a raiz”, Nilma Lino Gomes, explica a relevância que as redes sociais possuem na vida das pessoas e o quanto isso pode ser prejudicial para a identificação negra. As pessoas lutam para se encaixar em um padrão que outrora já é inexistente e cada pessoa tenda a se moldar nessa perspectiva que possui o objetivo predominantemente machista de se dizer o que é considerado “aceitável” e o que está fora dos padrões estéticos do momento.

Entretanto, mulheres cada dia mais vem buscando uma rede de apoio para projetar apoio mútuo àquelas que, com sua própria força, quer se mostrar para o mundo. um trecho do livro de Nilma Lino Gomes (2019, p. 17) diz:

No contexto atual, as jovens negras se organizam por meio das redes sociais e têm construído espaços virtuais e presenciais de apoio mútuo. Blogs, páginas no Facebook, uma infinidade de páginas e imagens no Instagram, vídeos gravados por youtubers negras, marchas, passeatas e eventos com essa temática hoje se disseminam pelo Brasil. As plataformas virtuais com essa temática são acessadas por um número enorme de seguidoras.

Isso significa que na era digital, a crescente importância das redes sociais como espaços de comunicação e expressão se reflete nas formas como as jovens negras estão se organizando contra o racismo e promovendo a igualdade racial, através do apoio conjunto, do desejo de mostrar a união dessas mulheres para acolher a sua identidade sem medo de “não se encaixar” no padrão social. Desta forma, por meio de blogs, páginas do Facebook, Instagram e vídeos gravados por youtubers, mulheres negras criam espaços virtuais onde podem compartilhar experiências, discutir questões importantes e apoiar umas às outras. Esses espaços são fundamentais para ajudar jovens mulheres a superar o isolamento e o racismo que muitas vezes enfrentam em suas vidas diárias.

Além das várias manifestações nas mídias sociais, jovens negras se mobilizam por meio de eventos presenciais, como passeatas e manifestações, para chamar a atenção para a luta contra o racismo e a discriminação de gênero e cor. Esses eventos são importantes não apenas para aumentar a conscientização sobre essas questões, mas também para unir as pessoas e construir uma comunidade forte e unida. Em suma, as redes sociais e outros espaços de caráter virtual e presencial desempenham

um papel vital na luta das jovens negras no Brasil pela igualdade racial. Esses espaços permitem que jovens negras se conectem e apoiem umas às outras, compartilhem suas histórias e experiências e trabalhem juntas para criar um futuro mais justo e igualitário para todos.

As contribuições de Gomes foram além do papel sociológico e antropológico, ele também foi e é político. Vejamos, no ano de 2012, Nilma Lino foi nomeada pelo governo da então presidente Dilma Rousseff como ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, se tornando a primeira mulher negra a ocupar esse cargo. Na ocasião em que esteve atuante, ela trabalhou para implementar políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial e de gênero no Brasil.

Nilma Lino Gomes também é autora de diversos livros e artigos científicos sobre educação, racismo e relações raciais. Ela recebeu vários prêmios e honrarias em reconhecimento ao seu trabalho, incluindo a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico e a Ordem do Mérito Cultural.

Partindo desse pressuposto para um preceito mais social, a identidade de mulheres negras sempre foi objeto de questionamentos, e, não cessando, teceremos informações pertinentes. Considerando o mito da democracia racial e como ele é discutido como uma forma de encobrir conflitos raciais, penteados, tipos e estilos de cabelos, manipulações e os significados que lhes são atribuídos pelos sujeitos que as adotam, podem ser usados para camuflar filiação nacional/racial em uma tentativa de mascarar os dilemas associados ao processo de construção da identidade negra. Tal comportamento pode representar um processo de reconhecimento das raízes africanas e respostas à resistência e denúncias contra o racismo.

A partir do momento em que o modo de usar o cabelo expressava uma intervenção política que permitia contestar o sistema hegemônico de beleza, tornou-se um dos pontos centrais da discussão da identidade negra no Brasil do início do século XX, tornando-se um padrão de afirmação identitária, onde os fenótipos sobre a identidade negra exercem forte influência, principalmente o cabelo e a cor da pele, que indicam o pertencimento à etnia negra e, em muitos casos, tornam-se fator determinante de discriminação (LOPES; FIGUEIREDO, 2018).

E considerar uma Mulher + negra + nordestina + trabalhadora + com cabelo crespo + gorda, segundo a metodologia de Patricia Hill Collins, trata-se de visão interseccional inválida ao projeto feminista negro (AKOTIRENE, 2019, p. 27). Isso

porque dentro de uma sociedade tomada pela branquitude e pela invalidade da mulher negra, tais características não podem ser consideradas sobre o viés masculino e feminino. O direito de realizar grandes projetos com uma identidade considerada peculiar aos olhares de brancos e até mesmo de negros com exclusivismo não pode considerar tais características como as citadas.

Todavia, o direito das mulheres negras de ter cabelos crespos naturais foi e continua sendo uma questão importante no movimento negro e no movimento feminista. Por muito tempo, os padrões de beleza impostos pela sociedade valorizaram apenas os cabelos lisos e sedosos, ignorando a beleza e a variedade dos cabelos cacheados e crespos. As mulheres negras, que historicamente foram oprimidas e discriminadas, enfrentam intensa pressão social para alisar seus cabelos e se adequar aos padrões de beleza dos brancos. Isso muitas vezes significa passar horas em tratamentos químicos que podem danificar o cabelo e comprometer a saúde da mulher.

Nos últimos anos, a batalha pela aceitação dos cachos se intensificou. As mulheres negras estão se fortalecendo, abraçando suas raízes e beleza natural, recusando-se a se encaixar no molde que as oprime. Essa luta é representada por iniciativas como o movimento “*Black is Beautiful*”, que busca valorizar a beleza negra em todas as suas formas, inclusive os cachos e cabelos crespos.

Muitas mulheres negras também estão criando comunidades para apoiar umas às outras na transição para o cabelo natural. Essas comunidades oferecem dicas, conselhos e apoio emocional para mulheres que estão cansadas de seguir padrões opressivos e querem se libertar. Juntas, as lutas das mulheres negras com cachos e cabelos crespos são um exemplo da importância da diversidade e valorização da beleza natural. É uma luta por igualdade, representação e empoderamento que é central para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Em minha luta pela transição capilar, muitas vezes busquei aboli a ideia como sendo uma causa que não conseguiria ganhar, mas, ao mudar de ideia e aprender a viver esse relacionamento lindo comigo e com o meu processo de transição, cada vez mais me apaixonei por cada detalhe vivido ao longo de cinco anos. Desta forma, assim como o posicionamento de Nilma Lino Gomes em seu livro “*Sem perder a Raiz*” (2019), penso e manifesto que a construção da identidade negra se dá nas casas, nas ruas, no trabalho, escola, lazer, relacionamentos íntimos, em público e privado. Mas

todos esses outros espaços sociais são explicitamente forma um complexo mapa de trajetórias e vivências sociais.

Antes da publicação de seu livro mais recente sobre identidade negra, Nilma Gomes escreveu vários livros e diversos artigos sobre a identidade social e a luta negra. Em uma publicação de 2003, Nilma professou em uma análise social de campo em que mulheres “competiam” por termos de beleza, esperteza, “inteligência” e paqueras. Na análise, a depoente afirmou que apenas foi notada quando “chegou com o cabelo mais arrumado” na escola, ou seja, com o cabelo próximo ao imposto pelos padrões da época e que, embora ditos com inocência, a depoente afirmou sentir a conotação racial vinda em forma de “elogios”. GOMES (2003)

Para o movimento afro-brasileiro, vincular o cabelo natural à militância política foi uma forma de recharacterizar o corpo negro, desconstruindo e descolonizando imagens negativas enraizadas no cabelo crespo e na memória do corpo negro. A escolha de usar o que é considerado cabelo natural nesse contexto também está ligada ao uso de vestimentas associadas à cultura negra. O movimento que se formou no Brasil ganhou força e significado, ganhou seguidores e avançou na utilização da estética como parte integrante da identidade.

Por muito tempo, considerei que o cabelo alisado era sinônimo de fascínio e cheguei a me declinar para essa inautêntica afirmação, entretanto, após anos de influência social, pude analisar que a beleza é imposta por pessoas que nem fazem parte do padrão imposto, e que me por minha própria vontade, não deveria fazer parte de um padrão de pequenas escolhas próprias. Gomes teve a sua contribuição no meu processo de aceitação e mudança capilar, assim como várias outras autoras. Segundo a autora,

Ao destacar o cabelo crespo e o corpo do negro, essa etnografia colocamos diante de um campo mais vasto e mais profundo, a saber, a construção da estética corporal. Essa também apresenta uma dimensão simbólica que trafega em vários contextos. O corpo humano é o primeiro motivo de estética, de beleza, possuidor de um elemento maleável que, tal como a madeira e o barro, possibilita diferentes recortes, detalhes e modelagens: o cabelo. Por isso corpo e cabelo, no plano da cultura, puderam ser transformados em emblemas étnicos (GOMES, 2019, p. 32).

Nilma tentou, ainda e ao discutir as possíveis raízes históricas do conflito, não apenas enfatizar a existência do relacionamento, mas enfatizar que os processos históricos, sociais e culturais são membros da construção da identidade negra, com a

subjetividade e emoção sobre o tema. Assim, no Brasil, ao longo da história, estabeleceu-se um sistema de classificação relacionada à cor de uma pessoa.

Apesar da ideologia racial e de sua presença na sociedade brasileira, por meio de mudanças e questionamentos, e diante de movimentos negros e cientistas sociais, o legado do bioracismo persiste. Isso pode ser visto em comentários cotidianos sobre textura de cabelo e tom de pele por pessoas de várias origens nacionais e raciais, bem como pelos próprios negros. É comum nas famílias que, após o nascimento de um bebê, especialmente em relacionamentos inter-raciais, tanto os membros da família negros quanto os brancos examinem o cabelo do recém-nascido e prevejam o crescimento do cabelo do bebê.

E ainda assim, por todas as complexidades e contradições nos mundos dos salões minoritários pesquisados, é inegável que, ao usar cabelos e corpos como símbolos de beleza, eles fazem parte de um movimento para mudar a forma como os negros veem a si mesmos e sua aparência. Ao olhar para formas negativas de “papéis negros” historicamente presentes na sociedade brasileira como branco, negro e birracial, é inegável que encontrar esses espaços vistos como belos e não negligenciados teve um lugar especial na construção das relações raciais no Brasil significado.

Com esse ponto de vista manifestado por Nilma Lino gomes é possível mostrar que a identidade racial de uma pessoa é chamada desde a sua maternidade, e, como citado, principalmente ocorre quando a é família interracial. Em todo caso, o preconceito ainda que manifestado em forma de elogio, de questionamento, de afirmação de desconhecimento, por Um Olhar torto, uma manifestação "maldita" entre outros, mostra que a sociedade apesar de evoluída não está preparada para tratar sobre temáticas de diversidade. Esta que é objeto de luta por todas as mulheres, principalmente as mulheres negras e a vontade de manifestar o seu eu.

Atualmente, com uma rede de apoio mútua, as mulheres conseguem se amparar umas nas outras para poder ser quem realmente elas são, não precisam se apoiar em padrões estéticos para poder ter o cabelo liso ou chamado comumente como “cabelo dos sonhos”. Mulheres independentemente de seus desejos são livres, mulheres negras possuem a autodependência para fazer isso acontecer. Esse histórico somente é atual por lutas passadas, com o apoio de várias outras que foram se firmando em movimentos online e presenciais. Cada dia mais as mulheres vem vencendo o preconceito, o racismo, a misoginia e tem buscado manifestar isso nas

redes, nas ruas, dentro da própria casa, com o seu amor-próprio e a autoridade que possui sobre si mesmo, sem dependências.

Por fim, considero que enxergar o cabelo crespo como um fator identitário requer uma compreensão maior dos fatores materiais, pois se a frase “cabelo fala” é verdadeira, ela fala de sua origem e traz representatividade. Dessa forma, enfrentar uma ordem política e estética que há anos domina é um ato político, e a perspectiva de identidade política nasce desse fenômeno.

CAPÍTULO 3 - RAÇA NO BRASIL E BRANQUITUDE

Neste capítulo me proponho a discorrer sobre o racismo enquanto estrutura basilar das problemáticas que busco identificar e produzir sobre, tecendo uma contextualização teórica com a literatura já consolidada partindo da minha própria perspectiva enquanto psicóloga e pesquisadora. Assim, porquanto seja importante falar sobre como o racismo afetou e afeta a vida de mulheres negras, em foco nesta pesquisa, é de grande relevância entender como este firmou raízes tão profundas na sociedade brasileira.

Ao adentrar na historiografia brasileira e perceber as perspectivas existentes sobre o fenômeno do racismo e sua construção a partir da colonização, escravização e a falsa emancipação dos povos negros escravizados sob a falsa ideia propositalmente construída para disfarçar os sintomas do racismo na sociedade, solidificado através do mito da democracia racial, podemos compreender os contornos do racismo e os interesses contidos em sua perpetuação no imaginário social, cultural e político.

A descolonização das mentes, relatada por Gomes (2021), nos convoca ao desenvolvimento de práticas pedagógicas e epistemológicas antirracistas. Essa abordagem implica em adotar uma postura emancipatória em relação a nós mesmos e aos outros, além de desconstruir a lógica racista que está presente em nossa socialização e nos processos formativos construídos tanto na esfera privada quanto na pública.

O mito da falsa democracia traz em seu cerne questões problemáticas já pontuadas por Lélia González, ao enfatizar o caráter velado do racismo nas sociedades latinas que tem como principal objetivo esconder e dificultar a resistência dos povos originalmente apagados e invisibilizados da história. Entre as articulações do racismo na conjuntura social, política e econômica temos também a categoria da branquitude, que imersa em seus privilégios e em acordos simbólicos para preservar suas vantagens, se fecham numa lógica de dominação.

Da branquitude temos o pacto narcísico, expresso nas inúmeras questões ligadas ao privilégio branco e da branquitude vemos nascer um ideal de normatividade que a eleger enquanto identidade oficial, como aquilo que se pretende ser, sendo essa uma identidade a ser performada não somente em cor, mas em toda a estrutura social e cultural.

Desse modo, também me proponho a discutir as articulações entre identidade, branquitude e apagamento identitário, utilizando-se tanto da perspectiva psicológica a partir de elementos psicanalíticos, como também da perspectiva histórica.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

No que tange aos negros no Brasil, Silverio e Trindade (2012), identificam ao menos dois discursos distintos em vez de uma ideologia de retorno físico à origem africana: um que dilui a origem africana na brasilidade e outro em que a origem africana é discursivamente constitutiva da identidade. Em razão disso, tem sido visto a utilização recorrente de expressões como afrodescendente e afro-brasileiro.

Em ambos os discursos, constata-se a impossibilidade de retornar à África mãe, o que permite observar lógicas diferentes no uso do conceito de diáspora. Em um deles, a origem africana é contingente e restrita a uma dinâmica nacional. No outro, essa origem é usada como elemento de crítica à posição do indivíduo negro em sua relação com a sociedade, que ao racializar sua identidade o hierarquiza. No entanto, ao recriar sua origem além das fronteiras nacionais em uma perspectiva diaspórica, o sujeito negro pode denunciar como a diferença é transformada em desigualdade social. É com base nessa última percepção que é possível repensar o conceito de diáspora nos tempos contemporâneos (SILVERIO; TRINIDADE, 2012).

3.1.1 Raça como construção científica

Ao longo do tempo, o significado e a conotação atribuídos ao termo "raça" têm passado por mudanças, o que resultou no uso frequente desse conceito tanto em contextos acadêmicos como em produções não acadêmicas (BRAGA; OLIVEIRA-OLIVEIRA, 2022).

Nesse contexto, Moura (1994) aponta que, junto ao surgimento do capitalismo, somam-se às doutrinas biológicas e sociais que transformaram o racismo numa "corrente científica" e tem-se assim, o aparecimento do conceito de raça como chave da história, e como expoente deste fato podemos citar a obra "Races of Men" (1850) de Robert Knox, na Inglaterra e "Essai sur l'inégalité des races humaines" de Arthur de Gobineau, na França. Obras consideradas decisivas para que possamos entender, de fato, a relação de dependência entre o racismo e o capitalismo, não obstante o seu

desenvolvimento nas duas principais potências, França e Inglaterra, desenvolvendo-se fortemente, a posteriori, na Alemanha.

O papel decisivo da criação da categoria raça neste contexto histórico, moderno e pré-capitalista vêm sido discutido, nas últimas décadas, através de autores que repensam o conceito de colonialidade, desta vez invertendo as lógicas já estabelecidas de análise, sempre brancas, e ligadas às classes até então dominantes. O que se tem é um movimento teórico e epistemológico que busca analisar tais fenômenos pelas lentes dos povos dominados. Diante das análises feitas, “estabelece que o racismo é um princípio organizador ou uma lógica estruturante de todas as configurações sociais e relações de dominação da modernidade” (GROSFOGUEL, 2019, p. 59).

Nessa perspectiva, Gomes e Laborne (2019), apontam que, o racismo está intrinsecamente ligado aos padrões capitalistas de exploração do trabalho, da terra e do conhecimento, e é necessário superá-lo. Ele permeia as relações pessoais, as instituições e está enraizado em nosso imaginário, práticas e estruturas sociais.

Ainda no final do século XIX, temos o surgimento de estudos que serviram de base de validação para o chamado racismo científico. Como expoente desse movimento destaca-se o professor Raimundo Nina Rodrigues, maranhense que escreveu sobre os africanos abordando os mais diversos aspectos, como físicos, psíquicos, sociais, culturais, sempre buscando validar uma suposta inferioridade do negro e do mestiço, enfatizando sua propensão à degenerescência física e ao crime (PINTO; FERREIRA, 2014).

Na concepção de Silverio e Trinidad (2012), as experiências em curso em nossa "experiência civilizacional" deveriam levar a uma síntese mestiça, ou seja, à fusão das três raças das quais o povo brasileiro teria suas origens. Além das discussões que conferem ao "mito da democracia racial" sua eficácia simbólica e prática na construção de nossas representações como uma comunidade nacional imaginada, a mestiçagem e a miscigenação, que são de fato existentes, têm sido deslocadas de seu sentido anterior, no qual pouca ou nenhuma importância era atribuída às origens ancestrais de muitos, para um reconhecimento de sua centralidade no processo de estigmatização ou mobilidade de um grupo. Dessa forma, o imaginário social que dava à mestiçagem o status primordial na identificação de grande parte dos brasileiros, encobrindo suas origens, tem dado lugar, por exemplo, a prefixos como afro, euro, entre outros (SILVERIO; TRINIDAD, 2012).

A mestiçagem e as elucubrações teóricas que envolveram seu processo de inserção e aceitação no imaginário dos estudiosos e sobretudo dos intelectuais da elite da época corroboram com o que vários historiadores apontam ao longo do tempo, que o Brasil é um projeto. Como esta se apresentou como a solução mais viável para as questões que afligiam a elite, a ideia de forçar que todos as pessoas possuíssem oportunidades iguais e que todos os grupos étnicos coexistem aqui em perfeito equilíbrio e igualdade em nada correspondia à realidade do contexto pós-abolição, marcado pelo desemprego e abandono social e econômico dos ex-escravizados (PINTO; FERREIRA, 2014).

Os estudos raciais buscaram trazer novas lentes ao fenômeno do racismo. Todavia, tais estudos expandiram seus horizontes a fim de destrinchar e entender o modo como o racismo é intrínseco às estruturas, uma vez que este se manifesta em vários níveis. Almeida (2019), nos apresenta três concepções fundamentais para que tenhamos uma visão mais expandida sobre este tema: a concepção individual, institucional, estrutural. A concepção individualista vê o racismo como patologia, de modo isolado e individual, que muito peca por subtender a inexistência de sociedades que tenham o racismo como estrutura, compreendendo o fenômeno de modo isolado, o racismo visto através desta concepção, confunde-se com as práticas discriminatórias.

Sob essa ótica, Gomes (2021), traz o contexto educacional, pois no âmbito da educação, a naturalização do racismo e das desigualdades raciais contribui para negar ou ocultar o fato de que esses fenômenos injustos foram construídos ao longo dos processos sociais, históricos e políticos de dominação colonial, cujos vestígios persistem até os dias de hoje. Esse jogo complexo, imerso em relações de poder intrincadas, não contribui de forma alguma para a construção de uma pedagogia da diversidade e, em vez disso, acaba reforçando os preconceitos seculares contra as pessoas negras. Isso impede que a educação avance em direção a uma perspectiva emancipatória, antirracista e descolonizadora.

3.1.2 Breve histórico sobre a escravidão e a formação da sociedade brasileira

O histórico do Brasil em relação à escravidão é uma marca inegável no imaginário popular. Toda a estrutura econômica e política do Brasil tem como base o processo de exploração de africanos escravizados, e estima-se que adentraram no

Brasil, aproximadamente 4,8 milhões de pessoas escravizadas, número tão expressivo em conteúdo e substância, de modo a marcar a composição étnica do país, e deixar vestígios que duram até a atualidade (SCHWARCZ, 2018).

Incluso ao processo civilizatório, o sistema colonial tinha então dois principais objetivos: exterminar as populações nativas das áreas colonizadas, e justificar o tráfico negreiro, a principal força produtiva para a acumulação capitalista nos países europeus. Assim, por serem populações ditas primitivas numa lógica de progresso do capitalismo, tais populações não tinham direito a seus territórios, e sofrendo do jugo bíblico somado às novas teorias biológicas fizeram com que o processo de colonização fosse visto enquanto necessário (MOURA, 1994).

Por se reconhecer a influência da escravidão na composição do Brasil, ambiciona-se uma história mestiça, mas que na realidade preserva certos traços de violência que remonta a herança escravocrata que tanto se pretende apagar. A experiência da escravidão pode se situar num passado, cronologicamente distante, mas agrega a naturalização da violência que continua a repercutir em marcadores sociais de pobreza, criminalidade, morte e desigualdade social (SCHWARCZ, 2018).

Almeida (2019 p.18) em suas reflexões sobre a raça, aponta que esta é sempre envolta em “contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico”, sendo assim, “história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas”. A raça, como categoria, opera, segundo o autor, por duas frentes, que se cruzam e se complementam, sendo elas: a raça como categoria biológica, e a raça como categoria sociocultural, diretamente ligada à geografia, religião, sempre associados a uma forma de permanecer no mundo.

Nesse cenário, a colonialidade e o racismo são categorias que auxiliam na compreensão das lógicas de dominação, Quijano (2005, p. 117) aponta que sustentada pelo racismo, a modernidade “provou ser mais duradoura e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido”. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico [...]”. Essa prerrogativa da superioridade branca foi retratada ainda em mitos bíblicos pela igreja europeia.

O termo "colonialidade" refere-se à influência duradoura do processo de ocidentalização do mundo após o surgimento do colonialismo, e à persistência de suas lógicas nas estruturas, instituições e indivíduos. Essas dinâmicas estão ligadas

tanto às macroestruturas do poder, quanto às subjetividades individuais e às formas de conhecimento (epistemologias) (BORGES, 2021).

Compreende-se que o colonialismo é intrínseco e fundamental para a modernização da Europa e, por consequência, para a construção da ilusão do humanismo europeu, que é uma marca central da subjetividade ocidental moderna. Ao excluir a categoria do humano universal e retratar esse "humano" como branco, fica evidente que é a externalização da necropolítica para as colônias que permite aos europeus construir seus estilos de vida baseados em construções racistas de liberdade, fraternidade e igualdade, desde que sejam aplicadas apenas a eles próprios (BORGES, 2021).

Lélia Gonzalez, apresenta em um dos textos mais importantes de sua obra, o papel do racismo como estrutura de dominação e de que modo este age de formas diferentes de acordo com a sociedade. Em ambos os casos, o racismo serve ao mesmo fim: validar a exploração violenta de povos, mas o processo possui particularidades que são fundamentais para compreender o modo como o racismo é onipresente na sociedade brasileira. A autora aponta primeiramente que nas sociedades anglo-saxônicas, o racismo é manifestado através de forma mais aberta, tendo em vista o modo como a negritude é reconhecida nestas sociedades, através do sangue negro, da linhagem, de seus antepassados.

Na concepção de Gomes e Laborne (2018), a ambiguidade do racismo no Brasil leva-nos a ter uma visão distorcida da realidade. Isso faz com que nos concentremos em outros fenômenos como supostas causas da desigualdade, do tratamento criminoso e violento da população negra, que a impede de desfrutar de direitos e justiça social. À medida que desviamos o olhar do racismo como a principal causa subjacente de grande parte dos nossos problemas sociais, as soluções propostas nunca abordam efetivamente o problema real.

Desse modo, Gomes (2021) relata que, a negação do racismo é um dos elementos que contribui para sua naturalização, gerando uma reação perversa que permeia o cotidiano de nosso país. As desigualdades raciais, combinadas com a persistência do mito da democracia racial, vão se enraizando e se solidificando a ponto de gerar inércia e indiferença em relação às questões raciais. Embora o racismo e as desigualdades raciais possam provocar indignação nas pessoas, mesmo quando são percebidos ou reconhecidos, nem sempre resultam em uma mudança significativa de postura.

3.1.3 Raça como construção social no Brasil

No Brasil, assim como nas demais sociedades latinas, o racismo foi perpetrado como a ideologia do colonialismo, reiterada as questões científicas estabelecidas sobre o racismo com a repetição, sem filtros pois esta era uma tendência que vinha da metrópole, o racismo foi endossado por diversos autores da época. Com a ascensão e consolidação do nazifascismo na Europa, o racismo foi sistematizado de forma ideológica pela nossa classe intelectual, como representante deste fato temos a realização da Liga de Higiene Mental, que reuniu grandes nomes da ciência como Jurandir Freire Costa. Esta entidade:

(...) dedicada à prevenção de doenças mentais, longe de estabelecer uma abordagem científica de doença mental, adotava e enfatizava posições nitidamente ideológicas, elaborando propostas no sentido da adoção apaixonada e integral do arianismo, da superioridade racial, justamente as que prevaleceram na Alemanha nazista. Seus membros mais conspícuos passaram a defender na área profissional, e publicamente, a esterilização e a segregação perpétua de todos os indivíduos considerados loucos ou desequilibrados, segundo os critérios de sua avaliação; daí passaram a pregar o mesmo destino para as pessoas de “raça inferior”, ainda segundo os padrões que adotavam e que definiam como tais os não-brancos puros. Moura (1994, p.12)

Neste momento os esforços desta entidade concentraram-se nos movimentos migratórios do país. A entrada de povos africanos e asiáticos era repudiada, uma vez que a população já estava deveras mestiça, sem esquecer da população negra e indígena, a qual tinha sua extinção como um desejo de um dos principais membros da liga, Xavier de Oliveira, extremamente eugenista. A liga intencionava medidas graves como a proibição da entrada de mestiços no Brasil, a reforma dos salários a fim de privilegiar pessoas brancas, a concessão de benefícios a famílias que procriassem “seres superiores”, e a medida mais grave, a criação do Tribunal da Eugenia, que discutiam sobre a esterilização e confinamento de pessoas de “raças inferiores” (MOURA, 1994).

Assim, o racismo pode ser analisado por vários vieses, sendo o ideológico mais importante e passível de análise:

“Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do

racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence". (MUNANGA, 2003, p. 08)

Sabe-se que o racismo é um elemento vivo, um organismo que atua em simbiose com as estruturas sociais e políticas numa relação de causa e consequência. A raça inventou o Brasil tal qual o conhecemos, e pelos estigmas da raça questões centenárias continuam a se reinventar nos novos tempos, apenas se adaptando para os diferentes contextos. Se por um lado, afirma-se que a escravidão ficou no passado colonial e imperial do país, por outro não podemos negar que a população negra ainda é a mais vulnerável em todos os espaços sociais.

Em contrapartida, nas sociedades latinas, há um racismo velado e a autora apresenta alguns pontos importantes. O primeiro deles é a própria colonização destes países, sobretudo nos de raízes lusitanas e ibéricas, nas quais houve uma troca cultural intensa. O racismo, nestas sociedades possui nuances complexas e efeitos devastadores, uma vez que se nega a presença e o potencial de destruição cultural dos povos, buscando-se sempre reafirmar uma suposta igualdade racial, conhecida também na história do Brasil como um mito, ligada à uma ideologia voltada para o embranquecimento da população (GONZÁLEZ, 1988).

Para a construção de uma nação brasileira, dando ênfase a uma identidade nacional, a raça era um ponto que exigia uma atenção essencial, haja vista que por mais que a população fosse negra e mestiça, não se admitia que a composição populacional fosse essencial negra e mestiça, admitindo-se a inferioridade das raças. Nesse sentido, a visão poligenista figurou como uma solução à longo prazo, uma vez que o cruzamento interracial foi visto como a resposta para as aflições dos construtores deste projeto de Brasil. O que torna este ponto ambíguo é que, à medida que o cruzamento interracial seria a "purificação" do povo, este também era vista pela outra face, e também culminaria no corromper a raça branca, até então vista como pura (MUNANGA, 2004).

O modo como a categoria raça firmou-se pode ser explicada em dois pontos principais: a expansão econômica mercantilista e a descoberta de novos territórios, que ao serem interpretados como novos mundos, abriu espaço para um movimento de reflexão acerca do sentido da unidade e multiplicidade da existência humana. Ser humano, a partir disso, é uma complexa construção do ideário popular e burguês, ao

clamar por uma suposta universalidade do homem, cria-se um padrão de humanidade voltada ao homem europeu (ALMEIDA, 2019).

A cristalização da raça como categoria é fundamental para que se entenda o processo de colonização, uma vez que esta se deu por estruturas de dominação de ordem prática, como a economia, e de ordem simbólica, como a política, sociedade, cultura, e que influenciou vários aspectos socioculturais, como as linguagens, estruturas de gênero, pedagógicas, dentre tantas dimensões. A violência do processo civilizatório não pode ser resumida apenas na ação propriamente dita, esta também consiste, diretamente, no apagamento da identidade de povos negros e indígenas, a partir da substituição arbitrária de seus modelos organizacionais, em detrimento de estruturas de identidade europeias e mecanismos de sufocamento da resistência de grupos violentados (GROSFOGUEL, 2019).

Desse modo, "A colonização como veículo do processo civilizatório burguês é, para além do desenvolvimento das relações de produção capitalistas, a adoção da cosmovisão capitalista e a transformação das ex-colônias em Estados-Nação capitalistas." (SANTOS, 2019 p.04).

Antes do surgimento do capitalismo, os povos europeus buscavam respaldar sua superioridade sobre os outros povos através de crenças sobrenaturais, utilizando-se basicamente do critério de ser cristão como ser civilizado. A escravização dos povos negros também, em determinado momento, foi explicada por passagens bíblicas e à medida que tais explicações foram perdendo força, foi a seleção natural que se tornou o embasamento científico necessário à manutenção do racismo.

Moura (1994), justifica esta relação entre racismo e capitalismo ao apontar que, o racismo tal qual conhecemos hoje, vinculada a uma prerrogativa de dominação política, étnica e sobretudo, ideológico este não pode ser colocado como facilmente combatido pelo seu viés científico e acadêmico, haja vista que transcende a tantas categorias e foi em tantos momentos da história validado pela ciência.

O capitalismo no Brasil não encontrou obstáculos significativos para se estabelecer sem promover uma mínima universalização dos direitos civis, políticos e sociais. Pelo contrário, ele se apoiou em políticas eugenistas em ascensão, que visavam "melhorar a raça", sem reconhecer a existência do racismo. A ideologia da democracia racial propagou o mito de uma convivência pacífica entre os diferentes grupos étnicos, ignorando a existência de um "problema negro" no Brasil, como era reconhecido nos Estados Unidos com as Leis de Jim Crow e na África do Sul com o

regime segregacionista. Aqui, o racismo se manifestava de forma sutil, mas para quem? (EURICO; GONÇALVES; FORNAZIER, 2021).

A relação entre o sistema capitalista de produção e os processos de subalternização que são essenciais a ele é estabelecida, portanto, também por meio do Estado e do direito. Considerando que as leis não existem isoladamente, e que é por meio do processo de interpretação e aplicação das normas pelos poderes instituídos que os direitos declarados adquirem concretude, é fundamental examinar como o Judiciário lê, interpreta e aplica questões raciais quando são apresentadas. A falha histórica do Judiciário no combate ao racismo não se deve apenas ao voluntarismo, mas sim porque, em sua cegueira narcisista, ele não enxerga o problema como realmente é e, além disso, ele próprio faz parte essencial e central do problema (FERNANDES; CRUZ, 2022).

Nessa prerrogativa, desde a promulgação da Constituição de 1934, pode-se observar uma preocupação institucional em retratar o Brasil como uma nação racialmente democrática. No entanto, essa interpretação que equipara racismo e preconceito, ignorando as relações dinâmicas e hierárquicas entre as raças, abre caminho para a tese do "racismo reverso" (FERNANDES; CRUZ, 2022).

Desse modo, Diangelo (2018), declara que o discurso do universalismo possui semelhanças com o discurso do individualismo, porém, ao invés de afirmar que todos devemos nos ver como indivíduos, sendo todos diferentes, ele propõe que todos devemos nos ver como seres humanos, onde somos todos iguais. Evidencia-se que todos somos seres humanos, não criticando-se o universalismo em geral. No entanto, quando aplicado ao racismo, o universalismo tende a negar a importância da raça e as vantagens de ser branco. Além disso, o universalismo pressupõe que brancos e não brancos vivenciam as mesmas realidades e experiências nos mesmos contextos. Assumindo ainda que as mesmas oportunidades estão disponíveis para todos. Assim, o reconhecimento do racismo como um sistema de privilégio concedido aos brancos desafia as reivindicações do universalismo (DIANGELO, 2018).

As relações raciais desempenham um papel crucial no debate, especialmente devido à história e à herança da escravidão no Brasil, o que torna esse tema relevante para compreender os elementos que moldam as formas de socialização na estrutura social. Dentro das organizações, os aspectos raciais que permeiam o ambiente de trabalho estão diretamente ligados à falta de responsabilização, à isenção e à falta de questionamento por parte da branquitude em relação à ocupação desses espaços e

aos seus privilégios em geral. Isso resulta em uma crescente invisibilidade das pessoas negras em vários ambientes organizacionais, uma vez que não há preocupações internas com relação a essa questão e pouca disposição para promover mudanças nessa realidade (BRAGA; OLIVEIRA-OLIVEIRA, 2022).

Braga e Oliveira-Oliveira (2022) relatam ainda que, este grupo pode apresentar elementos adicionais além da omissão e do silenciamento. Um desses elementos é o reconhecimento, por parte dessas pessoas, da existência da desigualdade racial, mas acompanhado de uma rejeição a mudanças reais que poderiam diminuir significativamente essas desigualdades a longo prazo. Um exemplo comum disso é a desaprovação do sistema de cotas raciais e a crença de que essa política é assistencialista. No entanto, por trás dessa justificativa, percebe-se o crescimento do medo em relação à ocupação de espaços tradicionalmente dominados por brancos e uma ameaça iminente ao conforto e à conveniência que esses espaços oferecem.

Nesse sentido, é essencial refletir sobre a situação atual da magistratura brasileira, desde sua origem colonial, na qual articulava os interesses imperiais com a burocracia estatal, até suas manifestações mais recentes, com um alarmante protagonismo na cena política neoconservadora atual. Esses processos evidenciam uma continuidade, mostrando como desde o início da divisão de poderes do Estado, as respostas judiciais têm garantido os interesses das elites brancas e burguesas, especialmente através do uso do sistema penal, que possui um caráter genocida. Portanto, é um pressuposto e resultado da análise sistêmica do caso em estudo implicar a magistratura na manutenção de vantagens e privilégios não declarados, especialmente em processos que são discursados como opostos, ou seja, alinhados com a luta antirracista (FERNANDES; CRUZ, 2022).

Dessa forma, Silverio e Trindade (2012) indicam que, a integração entre cultura e política é essencial para a ação das entidades ou organizações negras, como elas mesmas se denominam. Dessa forma, a reivindicação por uma educação adequada surge em consonância com o legado de gerações anteriores de ativistas do movimento negro, mesmo antes do processo de redemocratização do Estado brasileiro. A pergunta elencada é: há algo novo a ser dito sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo? A resposta é sim.

Cabe elencar a premissa existente de que, existe uma compreensão, se não predominante, bastante difundida fora dos círculos acadêmicos de que o racismo é apenas um problema interpessoal, resultante de uma "deficiência de caráter" ou "falta

de educação" por parte do indivíduo racista. Em outras palavras, seria considerado um problema puramente comportamental, moral, uma forma de preconceito baseado em raça, levando os termos "racismo" e "preconceito racial" a serem entendidos como sinônimos (FERNANDES; CRUZ, 2022).

Essa perspectiva, que minimiza a dimensão institucional e estrutural do racismo, reduzindo-o apenas ao âmbito interpessoal, não ocorre por acaso. Ela atende aos interesses do capitalismo contemporâneo e da classe dominante, especialmente após a contestação do determinismo biológico que fundamentava o racismo até o século XX pela medicina moderna. Portanto, para compreender a interação entre raça, direito e Estado em toda a sua complexidade, é necessário examinar as bases sobre as quais essa relação é estabelecida (FERNANDES; CRUZ, 2022).

Silverio e Trinidad (2012), destacam que no âmbito político-acadêmico brasileiro, as (re)apropriações do termo "raça" não envolvem a essencialização do antigo conceito de matriz biológica. Pelo contrário, seu uso tem revelado um potencial significativo na compreensão da racialização histórica da sociedade brasileira. Como conceito analítico, a ideia de raça foi particularmente empregada na biologia e na antropologia física como uma categoria de diferença que poderia ser usada para analisar e interpretar a diversidade entre grupos humanos, com base na interpretação de certas características hereditárias.

Nessa concepção, a noção de raça passou a interpretar, e confundir características biológicas e culturais ao formar grupos sociais distintos, com critérios assumidos como naturais e, portanto, imutáveis. A Segunda Guerra Mundial pode ser considerada um marco crucial que levou a uma mudança fundamental no uso do conceito, tanto em termos de desenvolvimentos científicos quanto em relação aos genocídios ocorridos ao longo do século XX, onde os cientistas perceberam que seu uso estava associado a um discurso discriminatório e, com base em argumentos biogenéticos, deixou de ser utilizado como uma categoria de classificação confiável (SILVERIO; TRINIDAD, 2012).

Aproximar-se da branquitude com base em características biológicas proporciona aos indivíduos uma vantagem social e a oportunidade de uma experiência mais ampla e desimpedida. É por essa razão que as estratégias de embranquecimento são frequentemente adotadas (BRAGA; OLIVEIRA-OLIVEIRA, 2022).

Juntamente com a materialidade, a territorialidade das relações sociais desempenha um papel crucial na compreensão de como a busca por mais direitos (resultado de disputas institucionais entre grupos marginalizados e o grupo dominante) é frequentemente esvaziada em uma sociedade com uma genealogia racista, como é o caso da sociedade brasileira. Isso ocorre porque o processo histórico de construção das identidades políticas não pode ser universalizado. Em outras palavras, cada nação desenvolve seu próprio processo de marginalização de determinados grupos, criando diferenças que foram e continuam sendo funcionais para as elites. No Brasil, o mito da democracia racial reforça a ideia de que o racismo é apenas um comportamento desviante de indivíduos, ou de grupos isolados em uma sociedade miscigenada, e que a eventual segregação social dos grupos racializados está relacionada à classe, mas não à raça (FERNANDES; CRUZ, 2022).

O ponto principal da definição de racismo estrutural enquanto categoria analítica é justamente ir contra à concepção de que o racismo seria uma questão meramente patológica, de caráter individual, uma vez que, naturalizados certos comportamentos e condutas, as instituições têm seu poder hegemônico por determinados grupos raciais que possuem seus interesses centrais: o poder para impor seus mecanismos políticos, econômicos e sociais (ALMEIDA, 2019).

Para construir uma sociedade mais justa, é fundamental combater essa forma de racismo. Precisamos compreender como o racismo se dissimula em meio a diversos argumentos, causas e consequências, chegando a ocupar um espaço secundário nas análises sobre extermínio e violência realizadas pelos diversos setores da sociedade e pelo Estado (GOMES; LABORNE, 2018).

Revela-se que as desigualdades raciais estão profundamente enraizadas na estrutura desigual da sociedade brasileira e foram aceitas como normais devido ao racismo e ao sistema capitalista, além de estarem intrinsecamente ligadas às relações de poder. As pessoas negras não são apenas afetadas pela desigualdade de classe, mas também são consideradas e tratadas como inferiores e desumanas devido ao peso do racismo. Isso as coloca em uma posição muito mais do que vulnerável: elas são tratadas e vistas como não humanas, tornando-se alvos de violência e extermínio. Descolonizar a naturalização da violência implica compreender como ela afeta de maneira mais intensa e cruel os indivíduos negros, especialmente crianças, adolescentes e jovens que mais necessitam de proteção do Estado (GOMES, 2021).

3.2 BRANQUITUDE COMO NORMA SOCIAL

As práticas sociais consistem em mecanismos de controle e organização das possibilidades estruturais, e envolvem o uso de sinais e símbolos. Dessa forma, certas estruturas são selecionadas, ou seja, permitidas, enquanto outras são excluídas, não é permitida. Diante disso, verifica-se que, ao construir imagens e papéis racializados relacionados à negritude, também se reforçam práticas e discursos de branquitude, muitas vezes reproduzidos de maneira inconsciente, mas que acabam solidificando entendimentos sobre como o mundo social deve ser percebido ou compreendido (OLIVEIRA; RESENDE, 2020).

No contexto sociopolítico da branquitude, a recusa em reconhecer o negro como um indivíduo moderno resulta da sua categorização racial e da opressão do seu corpo no âmbito do colonialismo. As iniciativas para descolonizar o pensamento e incorporar a raça como um elemento estrutural nas relações sociais entre povos e culturas, assim como a descentralização do conhecimento moderno, têm surgido a partir das proposições das teorias pós-coloniais (OLIVEIRA, 2019).

Os negros são resultado dessa trajetória histórica e da colonização, que se baseou na racialização dos corpos e estabeleceu uma hierarquia de privilégios, de vida e de morte, questões que ainda são pouco refletidas e consideradas pela Psicologia. É essencial não esquecermos disso, pois corresse o risco de adotar como referência em nossa profissão uma subjetividade desprovida de contexto histórico, colonizada e branca. Durante muito tempo, embora defendêssemos a interligação entre subjetividade e o social, não reconhecíamos a influência da raça na subjetividade das pessoas com as quais trabalhamos, e isso deve fazer parte de nossa prática de escuta (ROMAGNOLI, 2022).

A falta de proteção social é resultado de um projeto societário que estabelece hierarquias na divisão do trabalho com base em critérios sociais, sexuais, raciais e técnicos. É fundamental ressaltar que a questão étnico-racial deve ser central nas políticas sociais. Se a igualdade social só pode ser alcançada por meio da distribuição equitativa de recursos e do fim da propriedade privada, e se o racismo permeia as estruturas de classes da sociedade, compreendemos que o combate às desigualdades étnico-raciais é uma tarefa urgente e essencial no Brasil (EURICO; GONÇALVES; FORNAZIER, 2021).

A superação do racismo e da discriminação racial não se limita a ações individuais ou à consciência isolada, nem está restrita a uma única profissão. Uma sociedade livre de todas as formas de exploração e opressão, incluindo as hierarquias de gênero, raça/etnia, classe e sexualidade, só pode ser construída por meio das lutas sociais (EURICO; GONÇALVES; FORNAZIER, 2021).

Parafrazeando, descolonizar as mentes, a educação, o conhecimento e os currículos implicam em não se limitar apenas à perspectiva das pessoas negras, mas também em direcionar a atenção para as pessoas brancas e a reprodução histórica da posição confortável da branquitude. É necessário que essas pessoas deixem de agir de forma passiva em relação à questão racial e renunciem ao papel de colonizadores. Surge a pergunta: estão verdadeiramente dispostas a fazer isso? (GOMES, 2021).

Indubitavelmente, enfrentamos atualmente uma macropolítica implacável, marcada por endurecimentos e uma crescente rigidez nas subjetividades. Os territórios que ocupamos estão cada vez mais fechados, e esse fechamento tende a promover a homogeneização, o que exige que sustentemos a heterogeneidade da vida. Para preservar os "não ditos" que encobrem relações de poder e hierarquias, a macropolítica se torna molecular e circula no cotidiano da Psicologia por meio de microfascismos. Dessa forma, identificamos dois tipos de micropolítica, pois, para a manutenção da macropolítica, ocorre uma molecularização dos segmentos e das linhas rígidas, manifestando-se por meio de microfascismos que visam reproduzir atitudes coletivas, comportamentos que aceitam hierarquias e subjetividades padronizadas e acríticas (ROMAGNOLI, 2022).

E é importante questionarmos como esse contexto atual favorece as tendências microfascistas presentes em cada um de nós. Isso ocorre porque, em um nível micropolítico, o sucesso da reprodução da lógica neoliberal se baseia na molecularização dos diferentes aspectos da vida, das normas e das estruturas estabelecidas, por meio dos microfascismos que fortalecem o capital e aumentam seu poder. Esses mesmos microfascismos perpetuam a colonialidade, o racismo e o patriarcado, disfarçados por lógicas de neutralidade e interioridade. Como profissionais da Psicologia, enfrentamos dificuldades em analisar e questionar essas instituições, o que se reflete nas nossas relações com os usuários (ROMAGNOLI, 2022).

Em nossa discussão, destacamos a presença dos atravessamentos macropolíticos e micropolíticos que permeiam nossas práticas, ao analisarmos brevemente a colonialidade do poder, a branquitude e a interseccionalidade, separando-as de maneira didática ao longo do texto. No entanto, é importante ressaltar que esses atravessamentos ocorrem constantemente, tecendo na contemporaneidade brasileira a produção de dominação e a manutenção de hierarquias e classificações (ROMAGNOLI, 2022).

Reconhecemos que é essencial problematizar essas questões para ir além dos modelos que nos confortam e nos fazem concordar com o que já existe de forma dominante até o momento. Conforme observamos, somos cada vez mais chamados a superar esses reducionismos e abrir caminho para as influências e impactos sociais, históricos, econômicos e institucionais, enfrentando os obstáculos provenientes de nossa própria formação, a fim de contribuir efetivamente para a garantia dos direitos sociais e a construção de uma sociedade menos desigual (ROMAGNOLI, 2022).

Essas concepções operam no sentido de orientar moralmente um determinado coletivo e, por consequência, o indivíduo que se identifica com ele, em suas ações para alcançar um mundo ideal. Dessa forma, existe uma relação entre convicções ideológicas e visões de um mundo social ideal, bem como entre essas visões e as ações individuais. A identidade racial atribuída está vinculada à posição social dos indivíduos em um contexto de desigualdade racial. Por sua vez, a apropriação da identidade racial pode ser considerada uma manifestação de agência ativista por parte dos indivíduos, situando-os no contexto do mundo social e das relações raciais, e, como tal, está relacionada à construção e expressão de suas convicções ideológicas. Nesse sentido, o foco incide sobre a noção de ideologia como uma construção social, expressão de um engajamento ativista que é produzido, negociado, reproduzido e modificado (HUIJG, 2011).

A nível institucional, o racismo é estudado enquanto um produto do funcionamento das instituições, que em sua lógica de movimento naturalizam vantagens, desvantagens e sobretudo, privilégios, baseados na raça. O Estado Brasileiro é profundamente marcado por desigualdades raciais e podemos constatar essa afirmação apenas olhando os marcadores ligados à criminalidade, evasão escolar, acesso à educação superior e ao mercado de trabalho.

O firmamento de uma sociedade racista pressupõe a naturalização de uma série de condutas discriminatórias, uma vez que “é no interior das regras institucionais

que os indivíduos se tornam sujeitos” Almeida (2019, p.26) e comportamentos são aprendidos e reforçados no seio de suas instituições. Nesse sentido, podemos afirmar que as instituições moldam o comportamento social, e o contrário também é verdadeiro: o comportamento social molda as instituições.

Todavia, houve progressos, como mostrado por Gomes (2021), no qual elenca que, dentre os avanços alcançados, destaca-se na área da educação é a capacidade de compreender e posicionar-se contra o racismo e sua raiz nas sociedades capitalistas, especialmente no Brasil. Esse avanço se reflete na gradual compreensão de que estabelecer hierarquias entre raça, gênero e classe é contraproducente. Portanto, é crucial reconhecer a interconexão entre esses três aspectos.

3.2.1 Relação da branquitude com o poder e o privilégio

Na concepção de Santiago (2019), a construção histórica da raça tem sido utilizada como ferramenta para sustentar privilégios. Ao analisarmos a branquitude, esses privilégios se tornam evidentes, seja por meio da reprodução de padrões estéticos presentes nas histórias contadas às crianças desde muito cedo, seja pelas ilustrações exibidas nas creches ou pelas posturas adotadas pelos docentes.

Marcinik e Mattos (2021), destaca como crucial na análise da construção racial da pessoa branca a noção de privilégio. Quando se discute privilégios com pessoas brancas que já têm consciência de sua racialização, o debate se torna mais complexo.

No que diz respeito às concepções raciais, Silverio e Trinidad (2012), além das teorias racialistas, têm o potencial de retratar as posições e interações sociais presentes em um contexto histórico específico, incluindo as relações de dominação, as quais foram utilizadas para justificar várias formas de subordinação. No contexto brasileiro, evidencia-se a influência exercida pela crença de que vivemos em uma "democracia racial", que simbolicamente nos iguala em termos de uma mistura genética e cultural, enquanto nos hierarquiza em termos de cor da pele nas relações sociais do dia a dia. Essa hierarquia posiciona os indivíduos não brancos em uma escala de características e valores observáveis nas posições que ocupam, por exemplo, no mercado de trabalho.

Gomes e Laborne (2018), relatam que ao longo da história, o racismo tem estado intrinsecamente ligado às relações de poder e tem sido reforçado e intensificado pelo sistema capitalista. Uma das estratégias utilizadas pelo racismo é

explorar os efeitos psicológicos que consegue gerar, especialmente nas elites e na classe média, dentre esses efeitos, temos o medo.

Quanto as políticas de embranquecimento no Brasil e, posteriormente, de higienização implementadas no início do século XX resultaram na concentração de parte da população negra em áreas periféricas das cidades. Além disso, essas políticas desempenharam um papel fundamental na construção da memória coletiva, perpetuando a visão da raça branca como privilegiada e sem questionamentos, enquanto a população negra foi estigmatizada como responsável pela criminalidade e riscos sociais (FAGUNDES; HENNING, 2022).

Análise realizada por Oliveira e Resende (2020) sugere que, mesmo quando há um reconhecimento do privilégio branco, esse entendimento ainda está impregnado de ideias que podem sustentar práticas e discursos racistas. Por exemplo, ao enfatizar a lacuna em vez da necessidade e urgência da Lei de Cotas, ou ao considerar o privilégio de branquitude apenas como não ser vítima de racismo. Isso pode indicar uma falta de reflexividade por parte das pessoas brancas em relação ao seu próprio privilégio, devido à naturalização do racismo.

Diante disso, indaga-se: Qual é o significado mais evidente de que o Brasil não apenas é um país racista, mas também parte de sua população tem se empenhado em negar direitos já estabelecidos por lei? Eles atribuem a questões como cotas e leis específicas uma visão distorcida de vitimização da população negra, que não é inferior a outros grupos étnicos no país. Essas pessoas argumentam que os indivíduos negros não precisam de tratamento especial perante a lei e as instituições formais que compõem a administração pública e o sistema judicial do país (CANTUÁRIO; ALVES, 2021).

Além disso, observa-se como a representação das mulheres negras ainda é baseada em estereótipos socialmente construídos em uma sociedade fortemente racista como a brasileira. Essa representação pode contribuir para a suposta baixa autoestima das mulheres negras, embora atualmente a maior visibilidade das questões raciais esteja trabalhando ativamente para reverter essa situação. No entanto, essa maior visibilidade também desencadeia reações violentas, uma vez que ameaça a manutenção dos privilégios da branquitude, especialmente por parte daqueles indivíduos brancos que ainda não conseguem perceber a extensão dos privilégios que desfrutam devido à sua posição racial (OLIVEIRA; RESENDE, 2020).

As classes dominantes, que possuem o poder econômico, político e midiático, influenciando uma grande parte da sociedade por meio dos meios de comunicação de massa, das igrejas fundamentalistas e dos seus representantes no congresso nacional, fazendo com que se sintam vítimas de certos grupos sociais, ou seja, daqueles que foram ensinados a temer. A esses grupos são atribuídos todos os tipos de crimes, violências e distorções, justificando assim os próprios atos violentos e a injustiça direcionada a eles. Nessa neurose coletiva, parte significativa da população brasileira passa a projetar no outro, em seus semelhantes, um sentimento de medo que, na realidade, reflete o medo de si mesma (GOMES; LABORNE, 2018)

Nesses cenários, embora as barreiras impostas pelo racismo sejam reconhecidas e identificadas (implicitamente), as vantagens que esse mesmo racismo proporciona às pessoas brancas parecem ser menos evidentes, o que pode ser resultado da aceitação dos discursos enganosos da meritocracia (OLIVEIRA; RESENDE, 2020).

Santiago (2019), ilustram que, a importância da branquitude como status social está mais relacionada aos homens, enquanto a cor de pele branca e a concepção de beleza branca estão mais ligadas ao feminino, sendo consideradas mais valiosas para as mulheres brancas do que para os homens brancos.

Nesse sentido, é inevitável estabelecer uma conexão entre a condição das mulheres negras escravizadas durante o período colonial e as mulheres negras contemporâneas que trabalham como assalariadas, muitas vezes ocupando posições subalternizadas, como empregadas domésticas ou babás. Essas relações são heranças diretas das dinâmicas estabelecidas entre a casa grande e a senzala. A figura das "mães pretas" ainda persiste no imaginário brasileiro, representando cuidadoras em tempo integral que desempenham um papel crucial na manutenção das famílias da elite brasileira. No entanto, elas ocupam um lugar de "presença ausente", presentes na rotina diária e nos momentos de lazer, mas com seu uniforme como um marcador social que sinaliza sua exclusão da família. Apesar disso, é inegável o papel afetivo que desempenham na formação das crianças da elite branca (OLIVEIRA; RESENDE, 2020).

A perspectiva decolonial e interseccional oferece também pontos de reflexão de grande importância. A pensadora Françoise Vergès, em suas obras, defende que as estruturas de poder que antigamente eram coloniais moldaram e moldam as relações sociais, sobretudo as relações de gênero. A hierarquia de poder do mundo colonial se

aplica às lógicas recentes uma vez que homens brancos continuam a ocupar o mais alto posto da pirâmide social, por assim dizer, e povos colonizados e mulheres figuram entre espaços subalternos, refletindo-se em práticas e discursos que marginalizam e oprimem as mulheres, especialmente as mulheres de cor, e perpetuam a violência de gênero.

A identidade na perspectiva decolonial é vista como construção que atravessa relações de poder amplamente estabelecidas e a identidade está sempre no campo de disputa ideológica uma vez que, sendo instrumentos complexos de reafirmação, estas também se encontram como alvos de questionamento e até apropriação.

Davis e Vergès apresentam pontos semelhantes uma vez que argumentam que o feminismo decolonial deve ser um feminismo de fronteira, que possa trabalhar para destruir, progressivamente, as divisões artificiais entre as culturas e os povos, e que reconheça a diversidade e a complexidade das identidades e experiências dos povos, sobretudo das mulheres. Assim, a autora afirma:

O feminismo decolonial é um feminismo que reconhece a importância da história e da memória na construção de identidades e lutas políticas. É um feminismo que enfatiza as conexões entre a história colonial e escravista e as opressões atuais que afetam as mulheres negras e pessoas de outras raças e etnias marginalizadas. (p. 22).

Pesquisa desenvolvida por Marcinik e Mattos (2021), onde foram realizadas entrevistas com diferentes mulheres de cor branca, uma das entrevistadas ressalta que estar fisicamente próxima ao padrão fenotípico de uma pessoa "branca europeia", apresentando como características, cabelos loiros, olhos claros e pele clara, está associado a privilégios tanto raciais como de classe. A entrevistada expressa seu desconforto ao ser caracterizada como alguém privilegiada apenas com base em sua aparência física, sem que as pessoas a conheçam. A participante relata sua vivência em um assalto, e a recomendação dada pelo policial foi para que ela pintasse o cabelo para não parecer "tão estrangeira. Seria uma forma de se tornar "menos diferente" da pessoa que a assaltou? Ou de se aproximar do padrão de uma "pessoa branca brasileira"? A leitura dos privilégios raciais feita pelo policial parece incomodar, pois faz lembrar a participante das profundas desigualdades raciais nas quais ela ocupa uma posição privilegiada. Além disso, a fala do policial também revela uma hierarquia de gênero, ao recomendar que a mesma mude a cor de seus cabelos, permitindo-se

opinar sobre a aparência dela como homem e representante da lei, o que sugere uma responsabilidade individual da vítima no assalto sofrido (MARCINIK; MATTOS, 2021).

Esse é um aspecto primordial a ser considerado ao discutir as estratégias racistas que moldam nossas perspectivas. Há relatos de conversas nos quais relacionamentos inter-raciais foram condenados. Quando uma mulher branca se refere a possíveis filhos de uma união inter-racial de forma desdenhosa, usando termos pejorativos como "macacos", está ocorrendo uma condenação. Além de apenas mencionar a existência de indivíduos mestiços, nascidos no meio do caminho entre a negritude e a branquitude, o que está em jogo nesse discurso é a desumanização (RODRIGUES, 2022).

Nesse contexto, estudos voltados para a análise das questões raciais na sociedade brasileira passaram a investigar indivíduos e comunidades negras, enfatizando os efeitos das opressões racistas em várias esferas, como o subjetivo, o identitário, o social, o econômico e o político, entre outros. No entanto, houve um excesso de foco no diagnóstico das exclusões vivenciadas pelos negros, sem alcançar o cerne fundamental dessas desigualdades: o sistema de privilégios desfrutados pelos brancos (FERNANDES; CRUZ, 2022).

Evidencia-se uma consciência racial em relação à forma como mulheres brancas são afetadas pelas dimensões de privilégio. Nos relatos do estudo em questão, ressaltasse a importância de ter um diálogo com alguém próximo emocionalmente para que algo cotidiano e intimamente vivenciado seja percebido de maneira crítica. É feita uma problematização do discurso da meritocracia, que é valorizado pelas pessoas brancas por naturalizar seus inúmeros privilégios. Observa-se que a percepção de uma realidade social marcada pelo racismo estrutural permite que as entrevistadas tomem consciência das diferentes condições enfrentadas por mulheres brancas e negras que vivem em territórios afetados pela violência, resultando em significativas desigualdades intragênero (MARCINIK; MATTOS, 2021).

Residimos em um país onde as desigualdades estruturais são imensas e têm um impacto direto nos processos de subjetivação daqueles que habitam aqui. No final dos anos 1970, houve uma série de movimentos sociais que visavam diminuir a divisão entre os privilegiados e os excluídos. Esses movimentos culminaram na promulgação da Constituição de 1988, que buscava estabelecer um sistema de seguridade social que reconhecesse o direito às estruturas democráticas e à proteção social para toda a população. Os direitos sociais garantidos por essa "constituição

cidadã" são concretizados por meio de políticas públicas criadas para assegurar essas conquistas e atender às demandas que surgem em nosso contexto social altamente desigual. Nesse contexto, a participação dos psicólogos se torna fundamental (ROMAGNOLI, 2022).

Fernandes e Cruz (2022) ressaltam que, o segundo efeito, de grande importância, é que as reflexões sobre as hegemonias fundamentais e estruturais do país continuam intocadas, o que resulta na percepção das desvantagens sistêmicas enfrentadas pelo povo negro como algo natural, em vez de reconhecê-las como uma estratégia política. Nesse contexto, surge a discussão sobre como as análises do sistema penal e da burocracia estatal, especialmente em cargos de poder, como o judiciário, estão estruturadas.

Nessas afirmações, está sendo articulada uma política de supremacia branca que busca submeter-nos a processos subjetivos de embranquecimento e, em última instância, deseja nossa eliminação. Em meio às feridas infligidas à pele negra, a política de embranquecimento revela seus dentes afiados, manifestando-se em um sorriso sarcástico (RODRIGUES, 2022).

Os efeitos duradouros dessa política genocida ainda persistem entre nós. Em um país onde, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE referente ao primeiro trimestre de 2020, a população branca representa 42,7%, a parda 42,2% e a preta 9,2%, são os indivíduos negros brasileiros que sofrem os maiores índices de violência e desigualdade (IBGE, 2020). A estrutura colonial que molda as relações em nosso mundo continua sistematicamente a (re)produzir lugares de subalternidade para essa mesma população (RODRIGUES, 2022).

3.2.2 A naturalização da branquitude como norma social

Abordar a branquitude a partir de uma visão decolonial implica em compreender o branco como um ser humano forjado racional, afetiva e ideologicamente na desumanização do outro. Nesse sentido, o branco-humano-parâmetro surge a partir da hierarquização racial e do racismo, que são instituídos pelo colonialismo. Além disso, ao considerarmos a branquitude como uma construção social, torna-se relevante investigar e repensar o funcionamento das instituições modernas na

contemporaneidade, bem como a forma de vida das pessoas e suas comunidades que são atravessadas por questões relacionadas à branquitude (BORGES, 2021).

Nesse sentido, é essencial ressaltar a persistência do colonialismo nos corpos negros, mesmo no período pós-independência, o que é denominado como colonialidade. O Brasil, como último país das Américas a abolir a escravidão, evidencia o fortalecimento da colonialidade na elite brasileira, que se beneficiava social, política e economicamente da escravização e desumanização dos sujeitos negros (OLIVEIRA, 2019).

Diangelo (2018), relata que, a noção de pertencimento racial é incorporada por meio da branquitude, que permeia a cultura de forma geral. Em todos os lugares que olhamos, vemos nossa própria imagem racial refletida, em nossos ídolos, nos padrões de beleza, em nossos modelos e professores, nos livros didáticos e na memória histórica, na mídia, na iconografia religiosa, incluindo a imagem divina, e assim por diante.

Os brancos parecem pertencer a qualquer situação ou imagem considerada valiosa na sociedade dominante. De fato, para a maioria dos brancos, é raro experimentar um sentimento de exclusão, e quando isso ocorre, geralmente é uma situação temporária e facilmente evitável. O senso de pertencimento racial torna-se profundamente internalizado e dado como certo. Na sociedade dominante, é incomum que o pertencimento racial seja interrompido, o que torna essa experiência desestabilizadora e assustadora para os brancos (DIANGELO, 2018).

Existem possibilidades de resistência, onde os antepassados da comunidade negra sempre utilizaram estratégias para não apenas sobreviver, mas também para resistir e persistir. A luta daqueles que vieram antes é o que permite a geração vindoura estar vivos e ocupar espaços de avanço social (RODRIGUES, 2022).

Na esfera acadêmica, é de suma importância compreender como os sistemas de opressão moldam estrutural e institucionalmente os campos de conhecimento, a academia, a ciência e a subjetividade das pessoas envolvidas na pesquisa. A perspectiva interseccional destaca a importância central da questão racial na configuração das opressões e instiga uma postura combativa em relação a essa estrutura, tanto em âmbito macro quanto micropolítico. Caso contrário, não é possível rotular o trabalho como interseccional, mesmo que se evidenciem alguns marcadores sociais da diferença, conforme explicado anteriormente, nem tampouco como decolonial, conforme mencionado anteriormente (BORGES, 2021).

É importante ressaltar que ao discutir a branquitude, também estamos discutindo o racismo e o privilégio, pois esses conceitos são interdependentes. A branquitude é um conceito relacional e complexo, que deve ser abordado considerando o contexto específico e explicitando suas nuances correspondentes (BORGES, 2021).

3.3 A BRANQUITUDE E O APAGAMENTO RACIAL

Os estudos sobre a branquitude surgiram para abordar a posição e o papel do grupo racial branco nas relações raciais. Isso se tornou necessário porque, tradicionalmente, as discussões sobre relações raciais e branqueamento tendiam a se concentrar nos problemas enfrentados pelos negros, deixando de lado a análise da perspectiva branca (MIRANDA; SANTOS, 2021).

O projeto de embranquecimento da população apenas funcionou a longo prazo, e como não era algo imediato, precisava-se achar outro modo de lidar com a população brasileira como mestiça e este modo se deu pela progressiva mudança no modo como se via a mestiçagem, assim, a mestiçagem foi eleita como um símbolo nacional da identidade brasileira. Queiroz (2004), aponta que o suposto embranquecimento da população contribuiu para a construção de um sistema de classificação relacionado às tonalidades de pele, pontos estes que vêm sido discutidos nos últimos anos a partir da perspectiva do colorismo.

Diangelo (2018), relata que, os brancos escolhem e desfrutam consistentemente da segregação racial. Viver, trabalhar e se divertir em ambientes segregados racialmente não é considerado relevante, desde que não seja explicitamente intencional ou nomeado como tal. Por exemplo, em muitos esforços antirracistas, é comum separar grupos por raça para discutir questões específicas relacionadas a cada grupo, sem a pressão ou o estresse da presença de outros grupos.

As pessoas não brancas geralmente apreciam as oportunidades de comunhão racial, mas as pessoas brancas costumam se sentir desconfortáveis, agitadas e perturbadas, embora essa separação temporária esteja sendo feita para discutir o racismo. Suas respostas incluem uma sensação desorientadora de si mesmas, não apenas das pessoas, mas principalmente das pessoas brancas; uma estranha sensação de perda causada por essa separação planejada e temporária, algo que

eles não sentem em relação à segregação real e contínua em suas vidas diárias; e ansiedade por não saber o que está acontecendo nos grupos não brancos.

A exclusão histórica do negro dos processos de construção do conhecimento é evidente. A negação da existência de uma razão negra é clara. O projeto de conhecimento científico da modernidade tratou os corpos negros como objetos, negando sua capacidade de autoridade e busca pelo saber. Isso resultou na produção de conhecimentos que não atendem aos interesses e demandas dos povos negros, reduzindo sua identidade a um corpo biológico, irracional e animalizado. Diante desse contexto, é urgente descentralizar as ciências modernas e reconhecer a contribuição de múltiplos conhecimentos para sua construção (OLIVEIRA, 2019).

A branquitude representa uma posição de privilégio tanto em termos materiais como simbólicos. Ao mencionar privilégios materiais, reconhecemos que ser branco proporciona diariamente vantagens em relação às pessoas não brancas. Diversas pesquisas evidenciam que os brancos têm maior acesso à educação e ao emprego, recebem salários mais altos e têm mais oportunidades de acumular riqueza ao longo das gerações (MIRANDA; SANTOS, 2021).

3.3.1 O apagamento racial como estratégia de manutenção da hegemonia branca

Lélia González explica este movimento de negação da própria raça através de elementos da psicanálise ao passo que reitera que enquanto o racismo se manifesta de forma mais escancarada, as forças de oposição e resistência se manifestam de forma mais efetiva, e ao passo que este se desenvolve de modo soturno, a sociedade se aliena. Moura (1994) define esta vertente como “racismo interno” e aponta que este se faz especialmente mais presente em sociedades que fizeram parte de um sistema colonial, posto a manutenção, por meio de suas classes dominantes, do sistema de exploração de trabalhadores e trabalhadoras negras e mestiças.

A tensão entre a ideia de que somos uma comunidade imaginada homogênea, fraterna e harmoniosa entra em contradição com o texto constitucional em si, e pode ser atribuída à gradual erosão do discurso da “democracia racial” e ao surgimento de um “novo” discurso que pretende representar de maneira mais inclusiva as aspirações populares de serem reconhecidas em suas diferenças étnico-raciais. Ou seja, uma comunidade que se imagina culturalmente diversa (SILVERIO; TRINIDAD, 2012).

Rodrigues (2022), aponta que, ao refletir sobre o processo de reconhecimento da sua negritude, percebe que uma experiência fundamental que a possibilitou escapar de um ideal de branquitude que parecia naturalizado para a vida adulta, em uma cidade marcada pela colonização alemã que enaltecia características fenotípicas europeias, foram as lembranças e vivências compartilhadas com a avó paterna e os encontros familiares (negros). Eram momentos no qual sua casa se transformava em uma grande comunidade vibrante e falante, especialmente aos domingos que todos se reuniam permitindo o aprendizado sobre a negritude através do afeto e do cuidado coletivo, contrapondo os estereótipos impostos por uma sociedade supremacista branca.

No Brasil, a criação de subalternidades está intrinsecamente ligada ao mito da democracia racial, que se baseia na ideia de miscigenação. No entanto, o que se torna evidente é a tentativa de reduzir o racismo a um problema puramente comportamental, uma falha de caráter de indivíduos ou grupos, o que resulta em uma minimização da raça como fator estrutural das opressões nas relações sociais. Ao reduzir a raça a uma mera questão de identidade, a retórica do sistema penal surge como uma ferramenta supostamente eficaz para combater o racismo, limitando-o apenas à ideia de preconceito racial (FERNANDES; CRUZ, 2022).

3.3.3 A branquitude como violência simbólica

É importante compreender que a branquitude não se limita ao âmbito individual, mas também desempenha um papel na estruturação da sociedade. Ela está envolvida na configuração das relações de poder, exercendo o poder de influenciar e moldar subjetividades, ao posicionar as pessoas não brancas em uma posição inferior. Os privilégios só podem existir quando há uma desvantagem para alguém. Assim, a branquitude desempenha um papel central na produção e manutenção dessas desigualdades estruturais (MIRANDA; SANTOS, 2021).

As relações existentes entre a afirmação de negritude, apagamento e identidade são demasiadamente complexas e por mais que sejam necessárias, requerem um arcabouço teórico que possa suprir as lacunas que surgem sobre este cruzamento. A perspectiva interseccional fornece esta base teórica, ao apresentar o racismo como indissociável de classe e gênero, uma que, sendo desvinculada, estes

conceitos podem gerar perspectivas reducionistas e que de forma alguma são aplicáveis para questões concretas do cotidiano.

Os indivíduos brancos utilizam discursos aparentemente contraditórios, a ideia de ser único e ao mesmo tempo todos igual, de forma intercambiável. Ambos os discursos funcionam para negar o privilégio branco e a importância da raça. Além disso, no âmbito cultural, ter a identidade vista como um indivíduo ou como ser humano sem ser associado a uma raça é um privilégio concedido principalmente às pessoas brancas. Em outras palavras, as pessoas não brancas são frequentemente percebidas como "possuindo uma raça" e são descritas em termos raciais ("o homem negro"), enquanto os brancos raramente são identificados dessa maneira ("o homem"), permitindo que os brancos se vejam como neutros e não racializados. Por sua vez, ser visto como indivíduos fora do espectro racial liberta os brancos do peso psicológico da raça em uma sociedade totalmente marcada pela raça. Desafiar essas estruturas acaba sendo um choque indesejado para o sistema (DIANGELO, 2018).

Um dos grandes nomes expoentes da interseccionalidade é a pensadora Ângela Davis. Davis aponta, em suas obras, a identidade negra como produto da soma de determinadas experiências históricas, marcada principalmente pela estrutura cruel da escravidão e do racismo, asseguradas pela repressão. Desse modo, a negritude não se configura enquanto uma essência natural, mas uma complexa organização social, diversa em suas particularidades e desafios.

Ainda sobre a negritude, para Davis esta é o resultado de um processo de construção histórica, sendo algo dinâmico e mutável, marcado pela luta por justiça, igualdade e reconhecimento. Para compreender a importância da perspectiva interseccional, a autora afirma que o racismo não figura como uma questão meramente individual, mas este possui mecanismos de opressão situado numa conjuntura que permeia todos os âmbitos sociais. O racismo é, antes de tudo, uma forma de violência sistêmica que afeta de forma contundente a vida de pessoas negras, impactando-as nas mais diversas formas.

A omissão do agente opressor, portanto, é apenas mais uma forma de ocultação entre muitas outras, o que pode sugerir a influência do patriarcado no discurso da branquitude. É uma espécie de proteção ao grupo que objetifica e hipersexualiza, uma forma de compartilhamento dos contextos que são apenas insinuados, reflexo consciente ou inconsciente da natureza difusa do patriarcado e da colonialidade em todas as experiências. O uso de adjetivos deverbais também

contribui para ocultar significados e atores sociais. Termos como hipersexualizadas, menosprezadas, objetificadas, distinguidas, sexualizadas, usadas e descartadas se referem a ações cujos objetivos conhecemos, mas cujos agentes não são explicitamente identificados, pois essas ações não estão associadas a agentes específicos (OLIVEIRA; RESENDE, 2020).

Dessa forma, temos que o direito à vida é o principal é um direito humano fundamental. É responsabilidade de um Estado democrático proteger o direito à vida de todos os seus cidadãos e cidadãs. Portanto, qualquer forma de ameaça à ordem democrática deve ser combatida vigorosamente, uma vez que isso compromete o direito à vida da população como um todo, especialmente os grupos mais desfavorecidos e vulneráveis. Na cultura popular, o direito à vida é considerado o primeiro direito. O direito ao trabalho é visto como o direito de ter uma vida digna. Os espaços devem garantir o direito à vida. Além disso, o direito à saúde também é entendido como parte integrante do direito à vida. O povo reconhece que, ao ter garantido o direito de viver, é reconhecido como cidadão, ser humano e membro pleno da sociedade (GOMES; LABORNE, 2018).

No ambiente de trabalho, é necessário adotar uma série de medidas para combater a desigualdade em uma estrutura que historicamente privilegia a branquitude, ocupando os cargos mais altos e representando a maior parte da força de trabalho. No Brasil, o próprio Estado possui um histórico de discriminação e violência direcionados à população negra, e isso reverbera em outras esferas da sociedade, perpetuando esse paradigma racista. Como resultado, todas as contradições presentes e disseminadas na sociedade, seja de forma explícita ou implícita, são historicamente concretizadas pelos seres humanos ao longo da história, levando a sistemas de referência e formas de pensamento carregados de preconceitos e perspectivas enviesadas. No contexto brasileiro, essas questões são permeadas por discriminações e preconceitos que afetam, muitas vezes indiscriminadamente, o ambiente das organizações (BRAGA; OLIVEIRA-OLIVEIRA, 2022).

Apesar do crescente discurso antirracista nas redes sociais, com a participação de políticos, artistas, escritores, religiosos e manifestações públicas, ainda não temos visto uma efetiva mudança nas condições de vida, saúde, trabalho e segurança da população negra em relação ao combate ao racismo e à descolonização das práticas educativas e acadêmicas. Reconhece-se que essa comoção indica algo diferente,

porém, apenas o sentimento não é capaz de gerar uma transformação estrutural que combata de forma efetiva a violência, exclusão e abandono histórico enfrentados pela população negra no Brasil (GOMES, 2021).

Os dados e as estatísticas que abordam a negação do direito à vida da juventude negra são extremamente preocupantes. Eles revelam um índice alarmante de letalidade que afeta não apenas a juventude em geral, mas principalmente a juventude negra (GOMES; LABORNE, 2018).

Frente ao cenário descrito, que apresentam informações alarmantes, surgem a inúmeras indagações, que permeiam a sociedade, as ciências criminais, o sistema de justiça, o Estado, a escola, a possibilidade de Ascensão social. Trazendo à tona preocupações principalmente quanto a juventude negra, sujeita a violência, ao extermínio, questionando a capacidade do sistema de justiça de descriminalizar a juventude e combater o extermínio, assegurando a justiça. Confronta-se o papel da educação e sua responsabilidade, a eficácia dos direitos humanos em proteger aos jovens. Ilustrando questões importantes que precisam ser enfrentadas de forma urgente e coletiva, a fim de buscar soluções efetivas para a proteção da vida e garantia dos direitos desses jovens (GOMES; LABORNE, 2018).

Ao analisarmos a situação escolar, torna-se evidente que brancos e não brancos não desfrutam das mesmas oportunidades de acesso e permanência nos ambientes educacionais formais, sejam eles públicos ou privados. Mesmo quando ambos os grupos frequentam a mesma sala de aula, percebe-se que a educação oferecida aos alunos não brancos é inegavelmente diferente. Por muito tempo, os alunos não brancos foram expostos a uma abordagem educacional baseada nos registros oficiais, que refletiam a visão de mundo considerada correta e civilizada pelos brancos, especialmente em disciplinas como língua portuguesa, história e geografia (CANTUÁRIO; ALVES, 2021).

Segundo Gomes (2021), é inegável que muitos brasileiros e brasileiras estão expressando um crescente sentimento de indignação diante da exclusão e das desigualdades sociais que afetam a maioria da população do país. No entanto, é importante ressaltar que quando se trata da perpétua existência do racismo, essa indignação não é a mesma.

As ocorrências como o genocídio da juventude negra, o feminicídio que assola a vida das mulheres negras, as balas perdidas que atingem apenas corpos negros

nas vilas e favelas, e a violência policial que historicamente marca a vida da população negra são relatadas diariamente pela mídia, denunciadas pelos movimentos sociais, discutidas por influenciadores negros e não negros comprometidos com a luta antirracista. Muitas pessoas interagem nas redes sociais escrevendo comentários de espanto, solidariedade e indignação, mas infelizmente essas manifestações não resultam em mudanças na dura realidade de violência vivida pelas pessoas negras no Brasil (GOMES, 2021).

A população de baixa renda, predominantemente negra (preta e parda), encontra-se cercada pela desigualdade, milícias, polícia, tráfico de drogas e racismo. As armas chegam às áreas periféricas tão rapidamente quanto as drogas. O número de balas perdidas aumenta continuamente. Essa realidade somente gera mais violência e morte, sendo os jovens negros e pobres as principais vítimas. A situação é trágica, os negros são exterminados tanto pelo Estado quanto por diferentes grupos envolvidos em disputas de poder nas áreas urbanas e nas comunidades. Essa situação leva parte dessa juventude a se envolver em atos de violência uns contra os outros. Eles se tornam vítimas que se matam entre si. A autodestruição é uma das consequências de uma articulação perversa entre desigualdade, racismo e violência estruturais, as quais não foram criadas por eles (GOMES; LABORNE, 2018).

Segundo Gomes (2021), os dados apresentados sobre a violência racial deixam claro o quão urgente e necessário é dar continuidade à luta do Movimento Negro contra o racismo, a desigualdade e a discriminação racial. Eles revelam que o projeto de sociedade e poder estabelecido pelas elites econômicas, políticas e intelectuais em nosso país se baseia na perpetuação de padrões de poder, trabalho, saúde e conhecimento excludentes, que resultam em uma série de injustiças. Essas injustiças afetam de forma mais contundente os grupos marginalizados com histórico acentuado de exclusão.

É possível observar, por parte daqueles que se empenham em defender essa ideia, que ou nunca foram vítimas de qualquer forma de preconceito e discriminação, ou se já foram, acreditam que se trata de um evento isolado. No entanto, os números por si só mostram que isso não é verdade. É evidente que o país precisa reconhecer sua realidade racista e admitir a necessidade de combater essa prática perversa, que remete à persistência de mentalidades escravocratas ou à noção de que apenas os brancos são dignos de prestígio e de serem elevados à posição de líderes, enquanto

todos os não brancos ocupam o lugar mais baixo na hierarquia social ainda existente (CANTUÁRIO; ALVES, 2021).

Silverio e Trinidad (2012), alertam para a novidade da importância que as políticas públicas educacionais adquiriram para o movimento negro atual, como um espaço de disputa que busca articular duas demandas distintas em seu interior. A primeira está relacionada à qualidade da educação formal, vista tanto como um direito quanto como uma forma fundamental de mobilidade ocupacional e social. A segunda demanda é que a luta política por uma educação mais ampla e de melhor qualidade continua exigindo o reconhecimento da contribuição das culturas africanas na formação da sociedade brasileira, indo além das limitações impostas pela agenda de pesquisa das agências de financiamento.

CAPÍTULO 4- PACTO NARCÍSICO, APAGAMENTO RACIAL E IDENTIDADE

O pacto narcísico mostra-se como uma condição inerente às relações sociais, não exigindo nenhuma discussão para existir. Essa característica permite que aqueles que se beneficiam desse pacto estabeleçam uma ordem social que, devido à forte coesão gerada pelo sentimento de grupo, não permite a discussão sobre a realidade social. Embora muitas pessoas brancas possam reconhecer a existência da desigualdade social, elas tendem a não reconhecer a desigualdade racial (BRAGA; OLIVEIRA-OLIVEIRA, 2022).

Como a segregação racial é valorizada socialmente, mas ao mesmo tempo é considerada não racial e não digna de nota, raramente, ou nunca, precisamos pensar em raça e racismo, e não enfrentamos penalidades por ignorá-los. Na verdade, os brancos são mais propensos a serem punidos (principalmente por outros brancos) por trazer a questão racial em um contexto de justiça social do que por negligenciá-la. Isso liberta os brancos do fardo psicológico da raça. A raça é algo para as pessoas não brancas pensarem - é o que acontece com "eles" - elas podem trazer à tona se for um problema para elas. Isso permite que os brancos dediquem muito mais energia psicológica a outros problemas e nos impede de desenvolver a resiliência necessária para manter a atenção em um assunto tão carregado e desconfortável quanto a raça (DIANGELO, 2018).

A natureza do pacto narcísico impede uma compreensão dessa esfera, pois isso envolveria questionar a posição privilegiada que as pessoas brancas ocupam e como elas contribuem para a manutenção de uma sociedade racista. Para evitar confrontar essa discussão, é comum que pessoas brancas impeçam o acesso de pessoas negras a espaços tradicionalmente ocupados por brancos, como posições de liderança em organizações, por exemplo. Isso permite compreender a omissão como uma forma de evitar a responsabilidade pela manutenção do status quo na sociedade. Além disso, o silêncio das pessoas brancas em relação ao racismo é uma estratégia eficaz para evitar refletir sobre sua própria posição e envolvimento nesse sistema (BRAGA; OLIVEIRA-OLIVEIRA, 2022).

Desse modo, ao se negar a humanidade dos sujeitos negros e sua racionalidade, os conhecimentos e culturas africanas são apagados, deslegitimados e desvalorizados (OLIVEIRA, 2019).

4.1 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRANCA EM OPOSIÇÃO ÀS OUTRAS RAÇAS

O conceito contemporâneo de raça não está fundamentado na biologia, mas sim na ideologia que encobre uma dinâmica de poder e dominação. Nesse sentido, raça é compreendida como uma categoria socialmente construída, utilizada como uma ferramenta de dominação e exclusão, um indicador sociopolítico das desigualdades existentes (GOUVEIA; ZANELLO, 2019).

Desse modo, a branquitude representa um espaço de poder e privilégio, no qual as pessoas direcionam seu olhar para os outros, para os territórios em que estão inseridas e para si mesmas. Embora seja uma forma de racialização, pertencente a um grupo e beneficiando-se dos privilégios associados, essa racialização é constantemente encoberta e negada, a fim de manter a ideia de uma humanidade universal. No entanto, mesmo reconhecendo que o Brasil historicamente busca valorizar a brancura e promover o branqueamento, após a implementação de políticas de ações afirmativas, surge um movimento que visa negar a própria branquitude, frequentemente se autodenominando como mestiço ou, mais recentemente, latino, com o intuito de continuar ocupando espaços privilegiados (MIRANDA; SANTOS, 2021).

Assim, para compreender os atributos da branquitude brasileira, é necessário realizar uma análise comparativa que utiliza outras raças como referência. Nesse contexto, assume-se que o sujeito branco é retratado de forma privilegiada e envolto em estereótipos positivos nas representações publicitárias, enquanto outras raças são associadas a representações distintas e muitas vezes opostas. Portanto, a branquitude é fundamentalmente um sistema de valores que entra em conflito com outras raças (CARRERA, 2020).

Outra característica notável do pacto narcísico da branquitude é a territorialização. Isso se refere aos sentimentos de desconforto, estranheza, irritação e incômodo que as pessoas brancas experimentam ao testemunhar pessoas negras ocupando espaços que historicamente lhes foram negados (BRAGA; OLIVEIRA-OLIVEIRA, 2022).

Os processos de luta pela libertação ocorridos na Ásia e na África ilustram como a apropriação seletiva e valorativa das diferenças representou uma forma de dominação ocidental, baseada na ideia de inferioridade, justificada pela ciência

desenvolvida nos países europeus (França, Inglaterra e Alemanha) e posteriormente nos Estados Unidos da América (SILVERIO; TRINIDAD, 2012).

Desde os tempos da escravidão, o racismo tem sido uma ferida aberta na sociedade. O projeto nacional que se desenvolveu, especialmente após a abolição da escravidão, resultou na marginalização dos trabalhadores negros à medida que surgia uma classe proletária (EURICO; GONÇALVES; FORNAZIER, 2021).

No Brasil, o racismo é uma estrutura que permeia todos os aspectos da sociedade, desde o nível individual até o epistemológico. Há uma tendência de ignorar dados demográficos, evitando assim confrontar a realidade concreta, assim como a produção acadêmica de intelectuais negros(os), com o intuito de evitar a discussão dessa realidade. Por um lado, os conhecimentos negros são ocultados, alegando-se falta de cientificidade, como se eles nem mesmo existissem. Por outro lado, promove-se o acesso à literatura que passou por um filtro enviesado, considerado aplicável de forma universal, conhecido como o saber branco (GOUVEIA; ZANELLO, 2019).

Braga, Oliveira-Oliveira (2022), destaca que, a partir dessa exclusão do outro que não se enquadra nas características necessárias para ser parte do grupo, surge um distanciamento psicológico significativo, que pode levar à desvalorização do outro e, por consequência, legitimar injustiças e explorações na esfera social. Um exemplo claro disso é o favorecimento de pessoas brancas em entrevistas de emprego, demonstrando como o apoio e fortalecimento dos iguais são utilizados para impedir que pessoas negras possam progredir, evitando assim o sentimento de ameaça que essa ascensão pode gerar.

Surge nesse cenário a sensação de culpa, que resulta em uma série de comportamentos socialmente aceitos contra a fonte percebida de desconforto, incluindo penalização, retaliação, isolamento, ostracização e recusa em prosseguir com o engajamento. A insistência dos indivíduos brancos em buscar conforto racial garante que o racismo não seja confrontado. Essa insistência também atua como uma forma de punir aqueles que desafiam as normas brancas de conforto (DIANGELO, 2018).

A omissão, a distorção e o silenciamento sobre as relações raciais e, em particular, sobre a branquitude e suas formas de atuação na sociedade, funcionam como mecanismos narcísicos poderosos para a autopreservação do grupo. Ao evitar discutir essas questões, os indivíduos brancos evitam confrontar diretamente os

benefícios que obtêm em uma sociedade racista e se permitem invisibilizar aspectos que possam prejudicar os interesses do grupo (BRAGA; OLIVEIRA-OLIVEIRA, 2022).

Evidencia-se o fato de que o tão conhecido mito da democracia racial brasileira é, na realidade, uma artimanha ideológica concebida para perpetuar a falsa ideia de que todos são tratados igualmente perante a lei, portanto, ninguém deveria receber tratamento especial com base nessa mesma lei (CANTUÁRIO; ALVES, 2021).

Se desejamos compreender como a tradição escravocrata continua a afetar o acesso e o tratamento das populações negra nas políticas sociais brasileiras contemporâneas, é fundamental analisar a questão social na América Latina e na sociedade brasileira de forma contextualizada. As desigualdades raciais não são algo novo em nosso país. Os brancos europeus impuseram uma hierarquia racial que conferiu a eles o controle sobre os demais grupos étnicos. Nesse sentido, é importante investigar de que maneira essas assimetrias raciais persistem até hoje (EURICO; GONÇALVES; FORNAZIER, 2021).

Na sociedade brasileira, também era bastante comum a existência de concepções de superioridade racial, bem como a disseminação da ideologia do branqueamento e a implementação de políticas que visavam embranquecer a população. A elite brasileira propagava a crença de que a cultura branca e ocidental era superior a outras formas de cultura, como a cultura negra, que era considerada inferior. Nessa época, surgiram diversas políticas e ideias que desencorajavam o relacionamento entre brancos e negros, com o argumento de que isso resultaria na miscigenação e, conseqüentemente, na degeneração da raça branca ao se misturar com a raça negra (BRAGA; OLIVEIRA-OLIVEIRA, 2022).

Ao compreender as interligações entre desigualdades étnico-raciais, racismo estrutural e institucional, pode-se afirmar que a forma como as políticas sociais estão estruturadas contribui para o aumento da vulnerabilidade das populações negra e indígena em todos os aspectos da vida cotidiana. Isso inclui a preservação da saúde e prevenção de doenças, a manutenção do emprego e salário, o acesso a espaços públicos com recursos culturais e de lazer, bem como a possibilidade de residir em ambientes saudáveis, reduzindo assim o risco de doenças físicas e mentais (EURICO; GONÇALVES; FORNAZIER, 2021).

A lenta absorção de ideais ligados à compulsão pela brancura diante de um projeto identitário incompatível com as propriedades corporais de pessoas negras e entre o ego e seu ideal, há um abismo intransponível: o ser negro. Pelas lentes da

psicanálise, a relação entre ego e ideal do ego é um ponto necessário para o desenvolvimento psíquico do indivíduo, o ego como instância psíquica e o ideal como produto resultante da soma de aspectos sociais e culturais que nos aparecem de forma natural, involuntária.

Para as pessoas negras este processo é profundamente subvertido uma vez que, não auxiliando na sua identificação como pessoa no mundo, este ainda é atravessado por um modelo normativo-estruturante a qual a autora apresenta como o fetiche da brancura.

4.2 O PAPEL DA CULTURA E DA MÍDIA NA PERPETUAÇÃO DO PACTO NARCÍSSICO

Souza (1983), a brancura é a realidade, ao mesmo tempo concreta e distante a qual pessoas negras são firmadas no mundo:

A brancura detém o olhar do negro antes que ele penetre a falha do branco. A brancura é abstraída, reificada, alçada à condição de realidade autônoma, independente de quem a porta como atributo étnico ou, mais precisamente, racial. A brancura é o fetiche simétrico inverso do que a autora designou por mito negro. Funciona como um pré-dado, como uma essência que antecede a existência e as manifestações históricas dos indivíduos reais, que são apenas seus arautos e atualizadores. O fetichismo em que se assenta a ideologia racial faz do predicado branco, a brancura, o "sujeito universal e essencial".

Este fetiche pela brancura transcende a condição dos sujeitos posto que as estruturas de opressão, desde o colonialismo a questões que nos são mais contemporâneas são produtos brancos, e portanto, a brancura é compulsória e, a certo modo, é o molde conhecido como padrão, uma meta, um mito. Assim:

O figurino é branco, em seus diversos matizes. Aqui branco quer dizer aristocrata, elitista, letrado, bem sucedido. Noutro momento, branco é rico, inteligente, poderoso. Sob quaisquer nuances, em qualquer circunstância, branco é o modelo a ser escolhido. Escolha singular, fixada à revelia de quem apenas deve a tal modelo configurar-se (Souza, 1983 p.34).

Porquanto a brancura ostenta este posto de imaculada, manifestação absoluta do belo, da razão, e expressam os ideais sobre os quais se construiu o mundo moderno, não existia para as pessoas negras outras formas de existir no mundo a não ser as que estivessem embebidas da brancura em todas as suas manifestações. Dessa forma, o que se buscava, na construção de um ego ideal branco, partindo das pessoas negras era a própria negação de sua condição, uma forma de “expurgar” a sua existência de qualquer “mancha negra” (SOUZA, 1983).

Essa ideia está profundamente enraizada em nossa cultura e sistema educacional. Nossa sociedade é capaz de criar diversos mecanismos que encobrem e asseguram impunidade aos perpetradores de violência. Além disso, acusa injustamente os jovens negros, mesmo quando eles não têm culpa alguma. A cor da pele, especialmente quando mais escura, se torna uma marca estigmatizante. O fato de residirem em periferias e favelas é suficiente para que o extermínio seja praticamente decretado (GOMES; LABORNE, 2018).

Nesse contexto, a esfera da mídia desempenha um papel significativo ao fortalecer e promover a estrutura racial dominante. Através da representação midiática, os conceitos e significados de raça são moldados, difundidos e internalizados na consciência coletiva, influenciando decisões e interações sociais. A publicidade, em particular, é uma forma de discurso que contribui de maneira significativa para a perpetuação do racismo sistêmico, ao atribuir à branquitude um lugar de neutralidade, normatividade e positividade, enquanto associa estereótipos depreciativos às outras raças (CARRERA, 2020).

4.3 O APAGAMENTO RACIAL COMO FORMA DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Quanto ao racismo e à discriminação, Santos (1983), reflete sobre o racismo e a discriminação enfrentados pelas pessoas negras no Brasil, examinando como esses fatores influenciam suas vidas e oportunidades. A autora também explora as formas pelas quais o racismo se manifesta na sociedade brasileira e as estratégias utilizadas pelas pessoas negras para resistir e superar a discriminação.

Nas discussões pertinentes à gênero e raça, Santos (1983), também enfatiza a interseção entre gênero e raça, apontando como as mulheres negras enfrentam desafios específicos relacionados à sua raça e gênero. Assim, Santos analisa as diferentes formas pelas quais as mulheres negras são marginalizadas na sociedade brasileira e como elas resistem e lutam por seus direitos.

Gomes (2007) aponta que as discussões de Bonelli (2000) muito se aplicam a esta perspectiva racial ante as grandes demandas emocionais que pessoas negras são expostas desde muito cedo. Em Souza (1983), temos diversas entrevistas e passagens que são duras, especialmente se levarmos em conta que são pessoas

negras que cresceram no auto-ódio. Na contramão das pessoas negras, as pessoas brancas no alto de seus privilégios e de sua posição de modelo sempre gozaram do amplo direito de expressar sua individualidade, autenticidade, tendo menos chances de serem alvos de represálias, agressões e violências das mais diversas formas.

A criação do estigma da inferioridade só é permitida uma vez que “Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder, das quais o grupo estigmatizado é excluído” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 23) e esta também se configura como uma ferramenta de poderio, posto que:

Afixar o rótulo de ‘valor humano inferior’ a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na autoimagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 24)

No tecido social, esta inferioridade é preservada e perseguida em vários âmbitos, não se constituindo como um mero produto acadêmico. Podemos citar, por exemplo, o sofrimento de crianças negras em relação à consolidação de sua autoestima, ou justamente a falta dela, e tantas outras situações que vão além de uma discussão sobre estética, sendo constantemente atravessada por tantos outros pontos.

Esse lugar inferior é declarado por meio, inclusive da linguagem: o que ajuda a pensar os termos e apelidos pejorativos e depreciativos aplicados aos negros e indicadores da baixa expectativa em relação a eles, que associadas ao poder simbólico, gerado pelo diferencial de poder criam a realidade a ser confirmada, instituem a verdade pela enunciação, e ainda, fundamentam a estereotipação grupal a partir da associação daquele lugar de inferioridade continuamente reproduzido com um atributo arbitrário, como a cor da pele, garantindo à condição a possibilidade de ser naturalizada tanto quanto o atributo biológico: o que transforma a condição social em sintoma de inferioridade humana, perdendo-se de vista os processos históricos de sua construção e a figuração social que a produz e reproduz diuturnamente, bem como a própria incorporação pelo estigmatizado do sentido da nomeação.

Diante disso, Gomes (2021), destaca que os processos educacionais e políticos, especialmente aqueles vivenciados pela juventude negra consciente de sua identidade racial, têm o potencial de contribuir para a luta contra o racismo na sociedade brasileira. A expectativa e esperança são de que esses indivíduos e as mudanças por eles promovidas possam ajudar a formar e influenciar outras crianças, adolescentes e jovens negros a se orgulharem de sua raça e diferenças.

Além disso, busca-se proporcionar às crianças, adolescentes e jovens não negros a oportunidade de vivenciar uma educação democrática e voltada para as relações raciais, que se contraponha ao racismo. Dessa forma, nenhuma criança negra deverá sofrer xingamentos racistas relacionados à sua cor, aparência física, traços distintivos, nem enfrentar situações como aquela que vivenciei em minha infância, quando meu cabelo crespo foi chamado de "bombril". E caso tais situações ocorram, é importante que a criança possa reagir com segurança e firmeza, contando com professores competentes e devidamente capacitados para intervir de maneira positiva, proporcionando não apenas a reeducação do estudante que cometeu o ato racista, mas de toda a sala de aula (GOMES, 2021).

Nesse sentido, apenas através da formação e do despertar de consciências críticas de todos os participantes do sistema educacional e da sociedade civil é que se torna possível alcançar os objetivos de um país verdadeiramente democrático, que observe os princípios da igualdade de oportunidades e da garantia de direitos, levando em consideração as particularidades de cada indivíduo (CANTUÁRIO; SILVA, 2021).

É importante destacar que a escola, como um espaço para a mediação de conflitos e não sua geração, e como um campo de diálogo que estimula formas de conhecimento esclarecedoras e libertadoras, possui todos os requisitos necessários para que esses resultados sejam alcançados adequadamente, permitindo que todos possam se reconhecer no que aprendem, no que ensinam e desenvolver ideias transformadoras para superar visões ultrapassadas em relação à humanidade e à sociedade, que ainda persistem em alguns contextos (CANTUÁRIO; SILVA, 2021).

A retificação da inferioridade dos negros por meio da associação com um atributo arbitrário, como a cor da pele, é uma maneira de naturalizar a condição social e transformá-la em um sintoma de inferioridade humana, ignorando os processos históricos que a construíram e a maneira como ela é continuamente reproduzida na sociedade. O estigmatizado, por sua vez, internaliza essa nomeação e seu sentido, o que pode levar a uma autoimagem negativa e à perpetuação do estereótipo. É a partir desta contextualização teórica que analisaremos o processo de transição capilar e sua relação com a construção identitária das mulheres negras, tomando como ponto de partida a obra de Nilma Limo Gomes.

4.4 O IMPACTO DO APAGAMENTO RACIAL NA AUTOESTIMA E IDENTIDADE NEGRA

A autoestima mostra-se crucial em relação aos padrões de beleza centrados em características associadas à branquitude. Nas entrevistas realizadas por Oliveira e Resende (2020) chama a atenção o do verbo "violentar", enquanto um processo comportamental, o qual também denota uma avaliação negativa por parte do enunciador em relação à ação descrita, que é a agressão à autoestima das mulheres negras. Além disso, destaca-se o uso do verbo "gerar", como um processo material que também merece atenção, uma vez que sua extensão, expressa na forma de "baixa autoestima", evidencia a amplitude dessa ação em relação às mulheres negras, que é indicada de forma periférica na oração, como em "em muitas mulheres negras". Nos dois exemplos, não é possível identificar explicitamente quem é responsável pela ação violenta (OLIVEIRA; RESENDE, 2020).

Mas como podemos, de fato, definir a relação entre feminismo, decolonialidade e identidade? Primeiramente, é importante destacar a complexidade desta interlocução, uma vez que se compreende o poder do racismo ante as estruturas e os esforços de se construir uma teoria feminista que também leve em consideração este fator, tentando sempre tornar as experiências epistemológicas cada vez mais inclusivas à subjetividade das mulheres e das pessoas que sofrem racismo, como um todo.

As relações existentes entre a afirmação de negritude, apagamento e identidade são demasiadamente complexas e por mais que sejam necessárias, requerem um arcabouço teórico que possa suprir as lacunas que surgem sobre este cruzamento. A perspectiva interseccional fornece esta base teórica, ao apresentar o racismo como indissociável de classe e gênero, uma que, sendo desvinculada, estes conceitos podem gerar perspectivas reducionistas e que de forma alguma são aplicáveis para questões concretas do cotidiano.

As identidades negras assumem um papel central nesse entremeio, haja vista que os corpos e as vidas das mulheres negras são afetados de maneiras específicas pelas opressões coloniais, racistas e patriarcais. O feminismo decolonial reconhece as formas únicas de opressão que afetam as mulheres negras e busca construir uma teoria e uma prática feminista que leve em conta as suas experiências e lutas.

A construção da identidade negra não pode ser explicada sem percebermos, primeiramente, como estas três categorias coexistem e coadunam para o apagamento identitário, as relações entre raça, classe e gênero são o ponto de partida para entrar na questão: O que é, de fato, a identidade? Como a identidade negra foi construída a partir destas experiências traumáticas vivenciadas e repassadas através da memória?

Pollak (1992), em suas reflexões sobre história, memória e esquecimento, disserta sobre os mecanismos da memória no que diz respeito às construções simbólicas e sua importância direta sobre o dito e o não-dito, sendo esta última categoria de grande valor para a formação de resistências silenciosas. Para o autor, a memória opera em função das coletividades, assim, esta pode ser definida como uma operação coletiva dos acontecimentos, bem como das interpretações do passado que se ambiciona preservar.

A memória atua, portanto, como elemento que se integra às tentativas conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e identidade, buscando posicionar e reafirmar fronteiras sociais e culturais entre as coletividades. Assim, a memória age em função da coesão interna e da preservação do que determinado grupo social, étnico e político têm em comum, em função das permanências, os pontos de referência.

O autor é ainda mais específico ao tratar da memória em culturas minoritárias e/ou dominadas, e enfatiza que mesmo reprimidas, as memórias destes povos se opõem à memória dita oficial em determinados momentos, sobretudo momentos de crise. Estes momentos servem como pontos de inflexão, uma vez que as perspectivas normativas são questionadas e assim, a memória oficial também entra em cheque.

Nestes momentos críticos, ressentimentos acumulados através do tempo e da memória, reivindicações antes salvaguardadas são expressas em forma de indignação coletiva. O silêncio, não se configura como esquecimento do passado, mas este se apresenta como uma lógica de resistência e a estas memórias Pollak (1992) se refere como memórias subterrâneas, algo que se guarda, mas não se expõe uma vez que não se alinha com os interesses da classe dominante.

A perspectiva apresentada sobre a memória na obra de Pollak (1992) é fundamental para que possamos pensar a construção da identidade da pessoa negra. Se a memória serve à coletividade e os indivíduos são formados no seio social, convém destacarmos a importância dos discursos proferidos, a qual somos expostos e se internalizam nas nossas lógicas de pensamento enquanto seres subjetivos e

pensantes. Ciampa (1987), nos apresenta uma definição de identidade plural, móvel e que diz muito mais sobre a nossa posição no mundo do que a auto concepção de ser, de modo fixo.

A identidade, para além de uma instância psíquica é uma questão política, a identidade se constrói na vivência da coletividade, estando alinhada às mais diversas demandas que se insurgem, estas demandas se coadunam num movimento de transformação simultânea, uma vez que eu sou transformada pelo meio em que vivo na medida que eu contribuo para as transformações à minha volta. Assim:

Ao tomarmos os processos identitários como categoria de análise, partimos da premissa que discutir identidade é discutir transformação, uma vez que comungamos com a ideia de que não há como pensar em uma identidade definitiva, estável, ou seja, aquilo que é. Em nossa visão, identidade é ação, processo dinâmico, histórico e político; em detrimento daquilo que é, concebemos identidade como aquilo que está. (PINTO; FERREIRA, 2014, p.06).

Alocando estes conceitos nas discussões raciais, vemos, nas tramas do racismo introjetado e velado, os efeitos da perda da identidade negra, por assim dizer. Se viemos de um contexto que estipula a democracia racial como uma realidade, ignorando os marcadores que apontam para o abismo entre a população preta e parda com a população branca, como podemos reconhecer o racismo como uma questão a ser combatida? Indo mais a fundo ainda, por onde iniciar um movimento de reconhecimento e construção de uma identidade negra?

Boaventura (1999), em suas reflexões sobre a identidade na perspectiva racial apresenta uma diferença entre povos culturalmente dominados e povos hegemônicos, a medida que povos dominantes não se atentam à lógica das identidades visto que esta não é uma questão, povos dominados levantam a discussão uma vez que esta é uma forma de se afirmarem no mundo, tanto de modo subjetivo individual, estando também associados a uma lógica subjetiva coletiva.

Fanon, ao discutir sobre a identidade do povo negro, argumenta que a opressão racial e a colonização firmaram moldes que serviram de base para a construção identitária do povo negro, como coloquei no início deste tópico. Esta construção identitária é problemática se pensarmos que é pautada na oposição à identidade branca, profundamente fragmentada e fragilizada.

Do mesmo modo que Hall (1992), coloca a identidade como produto direto das modificações ocorridas num mundo pós-modernidade e como discorri no início deste capítulo é a raça a categoria basilar da modernidade, pensamos a identidade a partir

das estruturas nas quais esta é construída, e vivendo num mundo formado sob o racismo, a identidade do povo negro foi, por séculos, negada, não somente num viés hierarquizado, mas também a partir de uma perspectiva voltada a si mesmo. A negação da raça marcou e marca a história das pessoas negras.

As pessoas negras, dentro da lógica da sociedade branca são vistas como “os outros” e esta classificação afeta de modo incisivo o modo como este povo vê a si mesmo e constrói seu senso de inferioridade. As “máscaras brancas”, a qual Fanon se refere nada mais são que os padrões estabelecidos pela branquitude, inconscientemente reproduzidos, encorajados e desejados por todos os demais. Nascimento (1982), em sua principal obra “O Negro visto por ele mesmo” aborda a identidade do povo negro a partir de reflexões sobre opressão e racismo. A autora aponta que a identidade negra é demasiada complexa para existir apenas em função desta clara oposição, e que a assimilação da cultura branca, dita hegemônica, deve ser alvo de luta a partir da mobilização de forças do povo negro.

A metáfora utilizada por Fanon é precisa se pensarmos que seguimos os padrões brancos de beleza, comportamento, alimentação, linguagem e tantos outros pontos essenciais à formação de um povo. Santos (1983), nos apresenta uma análise do racismo como uma violência construída a partir de diversas frentes, sendo a frente psíquica a primeira delas. A obra "Tornar-se Negro" de Neusa Santos é um escrito de grande relevância na área dos estudos afro-brasileiros e nele a autora aborda uma ampla gama de temas relacionados à experiência do povo negro no Brasil.

Dentre os pontos essenciais discutidos pela autora podemos destacar: A identidade Negra, sendo a autora responsável por tecer uma discussão minuciosa acerca da importância da identidade racial para as pessoas negras e como essa identidade é influenciada por fatores sociais, culturais e históricos, examinando como a identidade negra pode ser construída e reconstruída, bem como as implicações políticas e sociais da neste movimento identitário.

Levando como base de estudo entrevistas, Souza (1983), vai explorando, a partir das nuances das dores trazidas pelos entrevistados os efeitos nocivos do racismo em sua personalidade, fato que, segundo a autora é marcado por uma atitude fóbica consigo mesmo, bem como uma vergonha de existir no mundo enquanto uma pessoa negra.

Ser o melhor! Na realidade, na fantasia, para se afirmar, para minimizar, compensar o "defeito", para ser aceito. Ser o melhor é a consigna a ser introjetada, assimilada e reproduzida. Ser o melhor, dado unânime em todas

as histórias-de-vida. Para o negro, entretanto, ser o melhor, a despeito de tudo, não lhe garante o êxito, a consecução do Ideal. É que o Ideal do Ego do negro, que é em grande parte constituído pelos ideais dominantes, é branco. E ser branco lhe é impossível. Dilacerante, crua, cruenta descoberta. Diante da experiência do inverossímil, frente à constatação dramática da impossibilidade de realizar o Ideal, o negro vislumbra duas alternativas genéricas: sucumbir às punições do Superego ou lutar, lutar ainda mais, buscando encontrar novas saídas. SOUZA (1983, p.40)

A luta a qual a autora se refere não é um movimento natural posto sua motivação principal: a autonegação. Primeiramente busca-se, a todo custo, metamorfosear-se num ideal de brancura inalcançável, fato este que é responsável pelo sentimento fóbico de vergonha apontado acima, passando por negações mais explícitas, desde as modificações estéticas como afinar nariz, alisar cabelo e tantas outras, a formas mais sofisticadas, por assim dizer, de rechaçar sua própria raiz, como a união com pessoas brancas.

O negro que elege o branco como Ideal do Ego engendra em si mesmo uma ferida narcísica, grave e dilacerante, que, como condição de cura, demanda ao negro a construção de um outro Ideal de Ego. Um novo Ideal de Ego que lhe configure um rosto próprio, que encarne seus valores e interesses, que tenha como referência e perspectiva a História. Um Ideal construído através da militância política, lugar privilegiado de construção transformadora da História.

Gomes (2007) em seu trabalho "O Negro – Individual, Coletivo, Self, Raça e Identidade: Algumas questões sobre o tornar-se negro e a auto-rejeição" apresenta uma contextualização teórica minuciosa, na perspectiva sociológica sobre a identidade no processo de autoconhecimento da negritude. Assim, a autora se atém a discussão do impacto da auto-rejeição na formação da identidade negra e como a falta de valorização da cultura negra pode contribuir para a negação de si mesmo pelos indivíduos negros, utilizando-se de grandes nomes da sociologia clássica e enfatizando novas perspectivas e estudos surgidos na contemporaneidade sociológica.

A sociologia contemporânea, por sua vez, vem se dedicando aos estudos das subjetividades presentes nas relações interpessoais, para além da perspectiva interacionista simbólica já desenvolvida por alguns autores ao longo das décadas. Nesta perspectiva mais atual, os sentimentos e emoções são mediações entre a autopercepção dos indivíduos enquanto seres situados em sociedade e suas expectativas do que o são sempre orientados por uma estrutura dominante, sob a qual se fixam os valores e normas "padrões". Assim, podemos apontar esta subjetividade "conexão entre o que estamos vendo e o que esperávamos ver, informando-nos sobre

o que nos sentimos preparados para fazer sobre isso” (BONELLI, 2004, p. 358) e “a administração dos sentimentos para criar uma exposição facial ou corporal publicamente observável” (p. 357) exige um trabalho emocional.

Este trabalho emocional denota uma conceituação para além da óbvia, uma vez que muito se relaciona com as formas que o racismo rouba a identidade das pessoas negras, destarte:

O trabalho emocional é assim chamado porque essa capacidade de criar expressões faciais e corporais de emoções desejadas por outrem no mercado de trabalho tem valor de troca, por exemplo, no caso do trabalho de aeromoças – que devem estar sempre solícitas, simpáticas, sorridentes e acolhedoras, de modo que isso constitui um pré-requisito para o desempenho da função profissional. Assim, a expressão “trabalho emocional” refere-se ao contexto público e profissional. Para designar o mesmo processo subjetivo num contexto privado, os termos cunhados são administração e trabalho das emoções. (GOMES, 2007, p.531)

Alocando este conceito na perspectiva racial a qual me proponho a dissertar, a negação da raça e a necessidade de adequar-se a uma branquidão compulsória, transcendente em si mesma, representa para os povos negros um trabalho emocional ainda mais intenso, no sentido de elaborar sua autoimagem, reelaborar a imagem do grupo em que está inserido e a qual pertence, buscando alcançar a dignidade em sua conjuntura, reafirmando suas qualidades intelectuais, e sobretudo estéticas, profundamente abaladas pela negativização e pela negação (GOMES, 2007).

4.5 MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICOS PELA AFIRMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Indubitavelmente, alcançamos avanços significativos no âmbito das políticas públicas, e embora estejamos enfrentando retrocessos, é vital continuar a conquistar, mesmo que em nível cotidiano, pois é nos pequenos espaços que temos a oportunidade de reinventar as relações. É essencial preservar o que já foi conquistado, ao mesmo tempo em que ocupamos esses espaços de maneira a preservar a vida em nós e nas pessoas que atendemos. Para isso, devemos agenciar e aproveitar os diversos elementos dos encontros que realizamos. Não podemos ignorar as múltiplas inserções sociais, contradições e vulnerabilidades que permeiam nosso trabalho no campo das políticas públicas. Esses atravessamentos invadem as subjetividades, perpassam nossos corpos e influenciam nossas práticas.

Desconsiderar tudo isso seria ser conivente com um mundo no qual não nos reconhecemos (ROMAGNOLI, 2022).

As políticas de igualdade racial, assim como outras políticas sociais, tiveram impactos significativos na vida da população negra. Essas políticas proporcionaram melhorias parciais na educação, acesso a bens de consumo e garantia do direito a uma moradia digna para parte da população negra (GOMES, 2021).

Há uma ampla discussão sobre a diversidade e as diferenças nos movimentos feministas, e como as diferentes formas de subjetivação das mulheres geram tensões em relação às agendas e práticas políticas. Nesse contexto, é importante refletir sobre a presença predominante da branquitude nas discussões e ativismos feministas. A branquitude exerce influência e provoca divergências dentro de uma estrutura racializada de gênero nos movimentos feministas, tornando essencial uma reflexão sobre as experiências raciais nesse campo (MARCINIK; MATTOS, 2021).

No Brasil, o racismo assumiu um desenvolvimento e funcionamento peculiar: o mito da democracia racial retardou o debate nacional sobre o racismo e as políticas públicas para combatê-lo. Com a desmistificação do suposto paraíso racial brasileiro, surgiu o questionamento da existência de uma democracia racial e a constatação de um racismo persistente e dominante no país. Uma característica específica desse racismo é que sua existência é reconhecida, porém sem se admitir o papel protagonista nesse cenário, resultando em um racismo cuja amplitude de penetração é difícil de mensurar (GOUVEIA; ZANELLO, 2019).

Dentre as várias características da colonização, uma que merece destaque é a criação de divisões entre colonizadores e colonizados, utilizada como justificativa para relações de dominação. A perspectiva eurocêntrica, ao naturalizar tais diferenças, resulta na afirmação de raças superiores e inferiores, legitimando assim a desvalorização de outras formas de existência, territórios, produções, narrativas e culturas (BRAGA; OLIVEIRA-OLIVEIRA, 2022).

A imagem das mulheres negras constantemente hipersexualizadas, seja na mídia ou fora dela, é uma continuação das práticas exploratórias do passado, que persistem até os dias de hoje. Um exemplo disso é a cobertura do Carnaval carioca, em que, até recentemente, não era considerado chocante que a principal emissora de TV do país apresentasse uma mulher negra cuidadosamente desnuda para a ocasião (OLIVEIRA; RESENDE, 2020).

Evidencia-se que o racismo afeta todas as pessoas, independentemente de reconhecerem sua própria racialidade. No entanto, existem diferenças significativas nos privilégios e nas discriminações resultantes desse sistema. É crucial compreender como as relações de poder se constroem e sustentam as desigualdades raciais. Tendo em vista que, a branquitude é um sistema de poder intrinsecamente ligado aos processos de racialização e à formação subjetiva das pessoas brancas como grupo hegemônico de dominação (MARCINIK; MATTOS, 2021).

A criação de estereótipos, embora sempre apresente limitações, pode tanto resultar na construção de uma imagem depreciativa, como geralmente se discute em relação à negritude ou às representações dos indígenas, por exemplo, quanto promover uma visão exaltada dos sujeitos retratados, focando exclusivamente em associações positivas, como é presumido no contexto da branquitude (CARRERA, 2020).

A ideologia não se restringe apenas a ideias e ao mundo abstrato do indivíduo, mas também orienta ações concretas. Tanto como ideia quanto como ação, real ou imaginária, ela representa a construção particular de um conjunto feminista (ou de outra natureza) em relação ao mundo. Por outro lado, as ideologias feministas englobam conceitos e ideais de desigualdade social (de gênero) e exigem um mínimo de consciência ou conhecimento das relações de poder e do mundo social (HUIJG, 2011).

Abordar a relação entre os movimentos feministas e os processos subjetivos e raciais das mulheres brancas é uma tarefa desafiadora, uma vez que essa reflexão é frequentemente invisibilizada em uma sociedade que é estruturalmente, institucionalmente e estatalmente racista (MARCINIK; MATTOS, 2021).

No contexto brasileiro, observa-se uma tendência de hierarquizar as opressões em vez de reconhecê-las como interligadas e simultâneas. Isso ocorre devido à história do país em relação à questão racial, com formas de apagamento e invisibilização, levando a discussão sobre raça e cor a ser vista como um tabu e menosprezada em comparação com outras formas de opressão. Nesse sentido, ao abordar as questões raciais, as consequências do racismo e o impacto do preconceito racial em diferentes esferas sociais, é comum haver uma reação contrária, negando a existência da desigualdade racial no Brasil e desviando o foco para temas sociais ou de gênero. É importante compreender que, dentro da lógica capitalista, todas as formas de opressão estão interconectadas, formando um complexo conjunto de

violências que, dependendo da posição em que o indivíduo se encontra, facilita ou dificulta sua compreensão da realidade e sua participação na esfera coletiva (BRAGA; OLIVEIRA-OLIVEIRA, 2022).

No estudo de Marcinik e Mattos (2021), as entrevistadas reconhecem que o fato de serem racialmente brancas confere privilégios dentro do movimento feminista e que as dinâmicas de gênero são influenciadas de maneiras distintas quando consideramos a racialização dos corpos. Isso significa que experiências como o assédio serão vivenciadas de maneiras diferentes, sem que isso invalide suas trajetórias como mulheres que veem o feminismo como uma forma de resistência às opressões patriarcais. No entanto, em alguns trechos, é perceptível que as entrevistadas não apontaram aspectos positivos (em termos de características visíveis) em ser uma "feminista branca". Elas têm consciência da existência dos privilégios, mas enfrentam dificuldade em pensar em estratégias para tornar as relações intragênero mais horizontais, desafiando as hierarquias predominantes.

Além disso, é insuficiente apenas compreender o ponto de vista da pessoa branca com uma postura ética. É essencial ter consciência de que a participação das pessoas brancas na luta contra o racismo as convoca a reconsiderar seus corpos e encontrar maneiras de reduzir seus privilégios, tanto materiais quanto simbólicos. Isso permitirá que os fatores que causam desigualdades sociais, como raça e gênero, tenham menos impacto. Somente quando aqueles que praticam ou se beneficiam desse sistema também se comprometerem com essa causa, será possível verdadeiramente combater o racismo (MARCINIK; MATTOS, 2021).

A presença da branquitude nos movimentos feministas apresenta várias facetas. Ressaltasse a importância de entender as diferentes formas de ser mulher e de praticar o feminismo, evitando uma abordagem essencialista e universalizante, e reconhecendo a necessidade de horizontalizar os pensamentos e práticas feministas por meio da intersecção e descolonização dos marcadores sociais da diferença. Atualmente, observa-se um movimento de pessoas brancas que reconhecem seus privilégios, acreditando que isso é suficiente para abordar as relações raciais. No entanto compreende-se que é preciso ir além e construir um compromisso diário e institucional com a luta antirracista (MARCINIK; MATTOS, 2021).

A expectativa e esperança existente é que estejamos testemunhando um aumento na reação antirracista na sociedade, envolvendo diversos indivíduos, tanto negros quanto não negros, organizações progressistas, mídias alternativas,

movimentos sociais e instituições democráticas. Espera-se que esse processo contribua para despertar um compromisso maior do país, tanto no âmbito público quanto privado, no combate ao racismo estrutural e institucional. Isso requer a construção de alternativas políticas, sociais, econômicas, culturais e educacionais para superar o racismo (GOMES, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o processo de transição capilar como afirmação identitária revela-se como um mergulho autoetnográfico de resistências e aceitação. Por meio do seu resgata teórico foi possível analisar e compreender a complexidade dessa jornada pessoal e social.

Ao longo deste estudo, observou-se como a transição capilar transcende a mera transformação estética dos cabelos, adquirindo um significado profundo na construção da identidade negra. Através de uma abordagem autoetnográfica, foram exploradas experiências, narrativas e reflexões, imersas em um contexto social e histórico mais amplo.

A transição capilar emerge como um ato de resistência diante dos padrões estereotipados de beleza dominantes, que historicamente marginalizaram e reprimiram a beleza natural dos cabelos crespos e cacheados. Nesse sentido, revela-se o processo de posicionamento, empoderamento e busca por autenticidade e aceitação da identidade racial.

Por meio desta construção técnico-científica, foi possível articular e comunicar as descobertas e reflexões obtidas ao longo dessa jornada autoetnográfica. Os princípios metodológicos e a abordagem crítica auxiliaram na análise das experiências individuais, relacionando-as a questões sociais mais amplas, como o racismo estrutural e a construção de identidades.

Através deste estudo, vislumbra-se a importância de valorizar e ampliar o conhecimento sobre a experiência da transição capilar como uma forma de empoderamento e afirmação identitária para jovens negras. Ao promover uma compreensão mais profunda dessas narrativas individuais, contribuimos para uma maior conscientização e diálogo em torno das questões raciais e de autoaceitação.

Em última análise, este mergulho autoetnográfico na transição capilar destaca a importância de reconhecer e celebrar a diversidade e a individualidade, especialmente no contexto das vivências das mulheres negras. É fundamental que a sociedade acolha e valorize todas as expressões de identidade, rompendo com padrões opressores e construindo um ambiente mais inclusivo, igualitário e empoderador para todas as pessoas.

Nesse ensejo, a obra de Nilma Gomes desempenha um papel significativo ao articular o processo de transição capilar mediante suas contribuições acadêmicas e

discursos sobre identidade e resistência, Nilma Gomes, traz uma perspectiva que empodera e valoriza a experiência da transição capilar como um ato de afirmação identitária para mulheres negras.

Através de seus escritos, Nilma Gomes aborda a importância de resgatar a autenticidade e a valorização dos cabelos naturais crespos e cacheados. Ela discute as pressões sociais e os padrões estéticos eurocêntricos impostos às mulheres negras, destacando como o processo de transição capilar se torna um momento de resgate da identidade e uma forma de resistência a esses padrões opressivos.

Ao explorar as experiências das mulheres negras durante a transição capilar, Nilma Gomes oferece uma visão crítica sobre a sociedade e suas normas de beleza. Ela examina as dinâmicas de poder e os estereótipos associados aos cabelos negros, desafiando-os e defendendo a aceitação e o orgulho pela aparência natural.

Além disso, a obra de Gomes amplia o debate sobre a relação entre identidade, gênero e raça, contextualizando a transição capilar como um processo interseccional que envolve múltiplas dimensões da identidade de uma jovem negra. Ela enfatiza a necessidade de compreender e valorizar a complexidade dessas vivências, reconhecendo a importância de uma abordagem inclusiva e empoderadora.

Ao articular o processo de transição capilar, é possível explorar a profundidade e a relevância social desse fenômeno, fornecendo uma base teórica e reflexiva que respalda e valida as experiências das mulheres negras, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a diversidade capilar e as identidades raciais.

No entanto, cabe ressaltar que o presente estudo traz limitações, dentre elas, o viés pessoal, tendo em vista que a narrativa é construída a partir de experiências e perspectivas pessoais singulares, limitando a representatividade e generalização dos resultados.

Limita-se ainda quanto a falta de amostra representativa, pois o método empregado concentra-se em uma única pessoa, o que pode não representar adequadamente a diversidade de experiências e vivências relacionadas à transição capilar. Além de apresentar dificuldades na objetividade, pois contempla uma natureza subjetiva, tornando difícil a separação entre as experiências individuais e as interpretações pessoais, dificultando a obtenção de uma análise objetiva e imparcial.

O estudo é ainda influenciado pelo contexto social, as experiências vivenciadas possuem variáveis como raça, classe social e localização geográfica. Todavia, o método autoetnográfico pode não contemplar todas as complexidades presentes em um contexto mais amplo.

Desse modo, recomenda-se a realização de estudos sobre transição capilar, abordando novos métodos, como estudos qualitativos com amostras mais diversificadas ou pesquisas que envolvam múltiplos métodos. Isso pode ajudar a obter uma compreensão mais abrangente e confiável das questões relacionadas à transição capilar.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**/Carla Akotirene. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

ALEXANDER, Bryant Keith. Pele negra/máscaras brancas: a sustentabilidade performativa da branquitude (com desculpas a Frantz Fanon). **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, 2021.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ANDRÉ, Maria da Consolação. Psicossociologia e negritude: breve reflexão sobre o "ser negro" no Brasil. **Boletim-Academia Paulista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 87-102, 2007.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes**, p. 25-58, 2002.

BONELLI, M. da Gloria. **Arlie Hochschild e a sociologia das emoções**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 22, p. 257-272, 2004.

BORGES, Thais Regina Santos. Branquitude e epistemologia antirracista: por uma linguística aplicada efetivamente crítica. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 60, p. 826-840, 2021.

BRAGA, Janaine dos Santos; OLIVEIRA-OLIVEIRA, Josiane Silva de. As contribuições do conceito de pacto narcísico da branquitude para as análises organizacionais.

CANTUÁRIO, Victor André Pinheiro; DA SILVA ALVES, Márcia Ferreira. Do racismo na escola a uma escola contra o racismo: reflexões a respeito do cenário brasileiro. 2021.

CARRERA, Fernanda. Raça e privilégios anunciados: ensaio sobre as sete manifestações da branquitude na publicidade brasileira. **Revista Eptic**, v. 22, n. 1, p. 6-28, 2020.

CIAMPA, A. C. Identidade. (1987). In S. M. Lane & W. Codo (Orgs.). **Psicologia Social, o homem em movimento** (pp. 58-75). São Paulo: Brasiliense.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIANGELO, Robin. Fragilidade branca. **Revista ECO-Pós**, v. 21, n. 3, p. 35-57, 2018.

DOMINGUES, Petrônio José. **Movimento da negritude**: uma breve reconstrução histórica. **África**, n. 24-26, p. 193-210, 2009.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 10, n. 1, p. 25-40, 2005.

DOS SANTOS, Nathan Barbosa; DARIDO, Marcela. Clóvis Moura e a materialidade da raça na luta de classes. **Cadernos Cemarx**, v. 14, p. e021003-e021003, 2021.

EICHENBERGER, Hernandez Vivan. CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. 2020. **BRANQUITUDE**: dilema racial brasileiro. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens. 92 pp. 2022.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

FAGUNDES, Mari Cristina de Freitas; HENNING, Paula Correa. Os “múltiplos afluentes” que permeiam as relações raciais contemporâneas: problematizações sobre branquitude, políticas de inimizade e segurança pública. **Horizontes Antropológicos**, v. 28, p. 195-226, 2022.

FERNANDES, Luciana Costa; CRUZ, Flavia Machado. Azedo Judicial: Discursos e práticas “antirracistas” que aparelham a branquitude. **Revista Direito e Práxis**, v. 13, p. 142-169, 2022.

FINE, Michelle. 1997. “Witnessing Whiteness”. In: FINE, Michelle et al. (eds.). *Off white: Readings on race, power, and society* New York: Routledge Kegan Paul. p. 57-65.

FRANTZ, FANON. Peles negras, máscaras brancas. **Tradução de Renato da Silveira. Salvador-BA: EDUFBA**, 2008.

GILROY, Paul. 1995. “. . . to be real: The dissident forms of Black expressive culture”. In: UGWU, Catherine (ed.). *Let’s get it on: The politics of Black performance*. Seattle, WA: Bay Press. p. 12-33.

GOMES, Ana Paula Pereira. **O Negro–Individual, Coletivo, Self, Raça e Identidade**: Algumas questões sobre o tornar-se negro e a auto-rejeição. **Revista Cronos**, v. 8, n. 2, 2007.

GOMES, Larisse Louise Pontes. Entre Big Chops e Black Powers: identidade, raça e subjetividade em/na “transição”. Artigo de conclusão de especialização em Antropologia na Universidade Federal de Alagoas e Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore, 2014.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista**, v. 34, 2018.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as**: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e pesquisa*, v. 29, n. 01, p. 167-182, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Autêntica Editora, 2019.

GOUVEIA, Marizete; ZANELLO, Valeska. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. **Psicologia em Estudo**, v. 24, 2019.

GONZÁLES, L. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: RIOS, F; LIMA, M. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. P. 139 - 150

GROSGOUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 55-77.

GROSGOUEL, R. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.;

HUIJG, Dieuwertje Dyi. " Eu não preciso falar que eu sou branca, cara, eu sou Latina!" Ou a complexidade da identificação racial na ideologia de ativistas jovens (não) brancas. **cadernos pagu**, p. 77-116, 2011.

HOOKS, bell. **Representação da Branquitude na Imaginação Negra**. Olhares Negros: Raça e Representação. Editora Elefante, tradução: Stephanie Borges, 23 de maio de 2019.

LEITE, Alessandra. LUZ, Lila Cristina Xavier. TRANSIÇÃO CAPILAR E O PROCESSO DE EMPODERAMENTO DA MULHER NEGRA. X Jornada Internacional de Políticas Públicas. Ambiente virtual, 2021. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissao/Id_1346_1346612ed75a4a7e6.pdf

LOPES, Dailza Araújo; FIGUEIREDO, Ângela. **Fios que tecem a história: o cabelo crespo entre antigas e novas formas de ativismo**. Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, v. 6, n. 8, 2018.

Lopes, N. (2004). **Enciclopédia Brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro.

MARCINIK, Geórgia Grube; MATTOS, Amana Rocha. 'Mais branca que eu?': uma análise interseccional da branquitude nos feminismos. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, 2021.

MBEMBE, A. **A crítica da razão negra**. 1ª. ed. Lisboa: Antígona Editores Refratários, 2014. 320 p.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder soberania, estado de exceção, política da morte**. Arte & Ensaios. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32. Dezembro 2016

MIRANDA, Laisla Suelen. NOTAS SOBRE BRANQUITUDE, PRIVILÉGIOS E NEGAÇÃO DO RACISMO. **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, v. 2, n. 8, p. 120-141, 2021.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios, São Paulo**, n. 34, p. 28-38, 1994.

MUNANGA, K. (2004). **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. O negro revoltado. Rio de Janeiro: GRD, 1968.

NASCIMENTO, Beatriz. O negro visto por ele mesmo. **Revista Manchete**, n. 1.270, p. 130-131, 1976.

OLIVEIRA, Ananda Vilela da Silva. Exclusão do sujeito negro e a negação de raça na produção acadêmica em Relações Internacionais no Brasil. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 8, n. 15, p. 366-396, 2019.

OLIVEIRA, Daniele de; RESENDE, Viviane de Melo. Branquitude, discurso e representação de mulheres negras no ambiente acadêmico da UFBA. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, v. 15, p. 149-171, 2020.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 9, n. 2, p. 256-266, 2014.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

Queiroz, D. M. (2004). **Universidade e desigualdade**: brancos e negros no ensino superior. Brasília, DF: Líber Livro.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E.(org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-126.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. **Cadernos do Nosso Tempo**, v. 2, n. 2, p. 189-2220, 1954.

RODRIGUES, Luciana. Negra de pele clara: embranquecimento e afirmação da negritude no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, 2022.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Psicologia Brasileira e Políticas Públicas: Capturas e Resistências. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, 2022.

SANTIAGO, Flávio. Branquitude e creche: inquietações de um pesquisador branco. *Educar em Revista*, v. 35, p. 305-330, 2019.

SILVÉRIO, Valter Roberto; TRINIDAD, Cristina Teodoro. Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo?. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 891-914, 2012.

SCHWARCZ, L. M. (1993). **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia da Letras.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia: com novo pós-escrito. Editora Companhia das Letras, 2018.

SHOME, Raka. 1999. "Whiteness and the politics of location". In: NAKAYAMA, Thomas K.; MARTIN, Judith N. (eds.). *Whiteness: The communication of social identity*. Thousand Oaks, CA: Sage . p. 107-128

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

WATSON, Ana Elisa Nascimento. **O teu cabelo não nega**: construção discursiva de feminilidades negras em narrativas de transição capilar / Ana Elisa Nascimento Watson; orientadora: Liana de Andrade Biar. – 2020.

WILDMAN, Stephanie. M. 1997. "Reflections on Whiteness: The case of Latinos(as)". In: DELGADO, Richard e STEFANCIC, Jean (eds.). *Critical White studies: Looking behind the mirror* Philadelphia: Temple University Press . p. 323-326.